

Do folheto «Fala, companheira!»



MULHERES

Tentando romper a submissão

As trabalhadoras metalúrgicas de São Paulo terão seu primeiro congresso, para discutir as más condições de trabalho

A remuneração mais baixa para a mulher pelo mesmo serviço feito pelo homem, burla da lei que não permite à mulher trabalhar no período noturno, desrespeito à legislação que protege a mulher grávida e o difícil acesso à profissionalização pela trabalhadora metalúrgica, são alguns dos temas que serão debatidos no 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo. Os debates começarão na sexta-feira, 31 de agosto, e prosseguirão pelo fim de semana, dias 1 e 2 de setembro, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na rua do Carmo, 171.

Para isso, elas vêm se preparando há já três meses. Inicialmente foram organizadas assembleias setoriais, com a discussão dos principais problemas que afetam a mulher metalúrgica. E desde junho um grupo de cerca de 40 trabalhadoras vem se reunindo toda terça-feira à noite para preparar o encontro e sistematizar as informações obtidas nos debates de setor. Há também um plantão permanente na sede do Sindicato, para fazer as inscrições.

Até agora, cerca de 300 trabalhadoras já confirmaram sua presença, mas a expectativa é de que o comparecimento ultrapasse 500 pessoas.

Ao se inscrever, a participante recebe um pequeno caderno — o «Fala, companheira!» — ilustrado com charges sobre os principais problemas enfrentados pelas trabalhadoras do setor metalúrgico.

Os resultados dos debates preparatórios foram reunidos em quatro itens subdivididos em temas para discussão: «Mulher e Sociedade» (educação diferente para o homem e mulher; dupla jornada de trabalho; discriminação social da mulher; exploração da mulher pelo homem; falta de condições de vida satisfatórias; competitividade entre a mulher e o homem; e mesmo entre mulheres; dificuldades de participação da mulher no mercado de trabalho; preconceitos masculinos e a visão que a sociedade tem da mulher); «Mulher e Trabalho» (salários desiguais para tarefas iguais; ausência e dificuldades de profissionalização; passividade da mulher em relação aos chefes; as tarefas menos prezadas na fábrica são desti-

nadas às mulheres; gravidez é impedimento de trabalho?; horário noturno; desemprego; discriminação das mulheres casadas e grávidas; aposentadoria da mulher); «Mulher e Saúde» (falta de condições de salubridade no trabalho; ausência de assistência médica adequada; abortos provocados; medo da gravidez); «Mulher e Sindicato» (ausência da participação feminina; mulher é feita pra ficar em casa, não deve fazer política, pois é coisa de homem); ligação do problema feminino com as lutas mais gerais; departamento feminino).

Inácia Cabral de Lima, 25 anos, uma das participantes mais constantes das reuniões preparatórias espera que o congresso atraia maior número de companheiras para o Sindicato: «A categoria abrange 300 mil trabalhadores, e destes 45 mil são mulheres. No entanto, apenas 5.800 são sindicalizadas, que frequentam o sindicato para pagar mensalidades ou para informações jurídicas, em sua maioria. O congresso é o primeiro passo para esclarecer as companheiras de que o sindicato é o lugar delas também».

A discriminação salarial e de profissionalização talvez seja um dos problemas mais abordados nas discussões. Maria Aparecida Maivazzi, que agora está desempregada, cita seu próprio exemplo — «Eu trabalhava na prensa e na fresa, com salário de ajudante geral, que é como eles registram toda mulher, mesmo que ela tenha profissão. Um prensista está ganhando 50 cruzeiros a hora, e eu recebia 12 por hora», e o de uma amiga: «Uma de nossas companheiras conseguiu fazer o curso de Inspetor de Qualidade, mas agora ninguém quer contratar porque não existe mulher neste cargo».

Inácia teme apenas a falta de participação no congresso por causa da dupla jornada de trabalho. «A maioria dos maridos não coopera muito. Mas nós estamos organizando uma creche, vai ter almoço — dado pelo Sindicato — e até ônibus, saindo às sete da manhã do Largo 13 de Maio, em Santo Amaro; Largo da Penha e Mercado da Lapa». As inscrições serão feitas até sexta-feira, às 19 horas, na abertura do Congresso.

(30 Azevedo)

Nas escolas, "sexo sem vítimas"

*E cada vez maior a urgência do ensino da educação sexual,
pelo menos para combater a "contra-informação"
sexual e seus desastres...*

Flávio Carvalho



Anhembi, SP, um debate inimaginável no passado recente...

Em 1970, uma tal de Comissão Nacional de Moral e Civismo se pronunciou contra a implantação de um projeto da deputada Julia Steinbrück, instituindo a educação sexual nas escolas, alegando que «a inocência é a melhor defesa para a pureza e castidade» e que «não se abre à força um botão de rosa, sobretudo com as mãos sujas». Aproximadamente na mesma época, em Brasília, o filho de uma alta autoridade que compartilhava furiosamente dessas concepções pedagógicas iria estuprar e assassinar a menina Ana Lúcia, crime até hoje não completamente elucidado.

Na semana passada em São Paulo, o II Congresso Nacional Sobre Educação Sexual nas Escolas começou a sepultar solenemente muitas dessas atitudes e, sinal dos tempos, com ostensivo apoio oficial. Nos prospectos de propaganda do congresso enviados às escolas, a reunião era apresentada com o beneplácito de altas autoridades governamentais e religiosas e retirado o estigma sobre o assunto, o que possibilitou o amplo debate sobre temas que fariam, por exemplo, o ex-ministro Alfredo Buzaid ficar entre o vermelho e o esverdeado enquanto espumava babas de um ataque apoplético.

O II Congresso foi, de certo modo, mais um congresso de consolidação dos progressos atingidos; por trás da ampla liberdade de temas e abordagens, na verdade, o congresso parecia se encaminhar, menos ambiciosamente, para implantar um programa de «saneamento básico» o que, tendo em vista o grau de ignorância geral sobre o assunto, já seria um grande avanço. Algo comparável à importância dos objetivos modestos mas

efetivos de uma medicina preventiva que consiga levar às amplas massas hábitos higiênicos e alimentares básicos, simplórios para uma elite; mas vanguardistas para uma grande maioria. Desse modo, pode ser considerado objetivo do congresso se não levar a maior plenitude do relacionamento sexual e afetivo, pelo menos o mínimo de realizar uma educação para a prática do «sexo sem vítimas».

Sem pimenta no pinto

As experiências anteriores com a implantação da educação sexual nas escolas brasileiras sempre foram traumáticas para os educadores mais progressistas. Desde a década de 30 já se tentara implantar algum tipo de orientação sexual nas escolas, mas quando as famílias e autoridades descobriam que os conhecimentos adquiridos por seus filhos não iam servir propriamente para reproduzir famílias à imagem e semelhança dos pais, tratavam logo de liquidar com os cursos e lançar na desgraça esses pioneiros da pedagogia. Na década de 60 as iniciativas vão se multiplicar, mas o golpe de 64 não poderia deixar de implantar também a repressão aos assuntos sexuais com a mesma fúria que se desencadeava na política. É somente em 1974 que o Conselho Federal de Educação vai passar a encarar o assunto com mais naturalidade e recomendar que os alunos do 2º grau devam aprofundar... conhecimentos referentes à evolução puberal, educação sexual, gestação, puericultura e saúde mental. Em 1976 um levantamento nacional indicava já existirem 56 orientadores educacionais na área, especialmente na região de São Paulo, onde, no mesmo ano, a secretaria de Educação do município de São Paulo criaria um programa piloto de educação sexual para alunos do 1º grau, pois as autoridades estavam preocupadas com os altos índices de comportamento considerados inadequados e problemáticos como a gravidez precoce, doenças venéreas, de modo que os jovens pudessem ter informações adequadas para evitar os «desastres», diz uma das teses do congresso.

De fato, pelo que os participantes do congresso puderam notar de suas pesquisas é de que o nível de conhecimento sobre assuntos sexuais é desastrosamente mínimo, especialmente em relação à educação que os filhos recebem dos pais e pela deseducação ministrada na TV, revistas e cinema.

Como os pais e educadores devem reagir quando a criança demonstra curiosidade sexual, seja pelo questionamento ou seja pela demonstração de interesse na masturbação? Não se deve passar pimenta na língua ou pinto da criança surpreendida nessa atividade, parece que há consenso quanto a essa atitude. Pelo menos parece. Mas o congresso tratou de examinar atitudes um pouco mais sutis. A dra. Maria Helena Matarazzo, a mais entusiástica organizadora do II Congresso lembra que existem formas mais veladas de se deseducar ou mesmo destruir a sexualidade sadia das crianças. Às vezes um pai ou educador até com alto grau de conhecimento técnico do assunto pode fazer um papelão frente aos filhos. É que as crianças têm grande habilidade em captar reações não verbais e às vezes os pais transmitem aos filhos grandes doses de ansiedade e pavor ao tratar de assuntos sexuais. Maria Helena lembra que as escolas americanas recomendam aos educadores que treinem, por exemplo, para falar sem causar grande espanto ao ouvir. Assim, ela lembra que teve de ficar horas diante do espelho repetindo «vagina, vagina, vagina» até que a palavra soasse com naturalidade. Nada mais traumático para uma criança, adverte a dra. Matarazzo, que ver um adulto falar «vagina» com os olhos esbugalhados, saltando das ór-

bitas. Mais tarde, ironiza a dra., o futuro adolescente poderá até ter seu desempenho sexual afetado ao se lembrar da expressão apavorante na face do educador.

O normal e o anormal

Para a grande maioria dos pais e educadores, não é apenas questão de querer ser bom educador e pronto. Os pesquisadores sexuais lembram que sempre existe uma carga de educação e de religião muito forte. Muitos temem em geral repetir suas desastrosas experiências de aprendizagem: afinal, quantos pais de hoje não levaram puxões de orelha e chacoalhadas por mencionar ou revelar curiosidades consideradas inconvenientes?

Mas o Congresso não se limitou às áreas básicas e ao ensino das crianças na idade escolar. Boa parte do congresso funcionou como uma espécie de «mobra» para as milhares de pessoas presentes ao Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo, quando uma mesa redonda foi constituída para responder às principais questões levantadas no I Congresso e giravam principalmente em torno da questão básica: o que é e o que não é anormal em se tratando de relacionamento sexual. Não que tais discussões fossem lançadas para em seguida serem passadas às crianças, nada disso. É que ninguém vai poder se transformar num educador sexual se sua própria vida está encalacrada por algum forte conflito não resolvido.

A dra. Gilda Bacal Fucs, professora de Psicopatologia Sexual da Universidade Federal da Bahia, sexóloga pesquisadora da Organização Mundial da Saúde, esclareceu à platéia que tudo que propicia prazer pode ser considerado «normal», e que não há limites muito rígidos para o que seja «normalidade». E, como a pergunta sempre é dirigida especialmente quanto à prática do coito anal e oral, tratou de esclarecer também que a ciência não tem nada contra tais práticas, e que as tradicionais lendas em torno do assunto não têm muita razão de ser. Ela localizou como principal fonte de recusa e conflito nessa prática a sensação de «nojo» e de «diminuição» que a mulher pode sentir frente ao homem, pois em muitos casos estudados o sexo oral aparecia como uma subjugação unilateral da parceira: o homem se reserva o direito de induzir ou forçar a companheira ao fellatio mas não se dispunha ao cunnilingus. De qualquer maneira, lembram os pesquisadores, o sexo oral é muito mais aceito que o sexo anal, principalmente pelo temor infundado de que essa prática vá causar «danos físicos» ou que seja revelador de algum traço de homossexualidade latente.

Orgasmo, questão de status

A discussão sobre sexualidade normal não poderia deixar de passar, como era de se esperar, pela questão do orgasmo feminino. Desde os tempos em que acadêmicos sustentavam simplesmente que a mulher não tinha qualquer tipo de orgasmo até hoje, muita coisa mudou na ciência, especialmente nos últimos 12 anos, quando importantes pesquisas de laboratório eliminaram várias concepções falsas sobre o assunto, especialmente as induzidas a partir das teorias freudianas de desenvolvimento da sexualidade, diz a prof. Martha Suplicy, sexóloga com mestrado na Universidade de Michigan e doutorado em Stanford e que leciona no Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo. Lembrando que na teoria freudiana a sexualidade se desenvolve em etapas, passando primeiro por uma fase oral (prazer ligado à amamentação) depois uma fase anal (prazer associado à expulsão e manipulação de fezes) e finalmente por uma fase «adulta» e «completa» de sexo genital, a dra. Suplicy concluiu que essas divisões levaram à idéia de que a mulher teria dois tipos de orgasmo, o vaginal e o

clitoriano. Nada de mais anticientífico, as segura a dra. Martha Suplicy, para uma questão que parecia não ser tão simples. Até pouco tempo ainda se podia assistir debates sobre qual dos dois orgasmos era predominante, se o vaginal ou o clitoriano, num clima de acirramento sectário algo comparável — entre as diversas seitas políticas feministas — ao debate entre as esquerdas sobre o caráter socialista ou democrático-burguês da Revolução Brasileira.

Segundo a dra. Martha Suplicy, as pesquisas de Masters e Johnson mostraram insofismavelmente que só há um tipo de orgasmo, que é de origem clitoriana, e o chamado orgasmo vaginal nada mais é que o orgasmo clitoriano induzido pela fricção mecânica do pênis. Tanto é, lembra a dra. Martha, que certas tribos africanas praticam a ablação do clitóris como forma de eliminar o prazer feminino. Também a pesquisa da americana Shere Hite (cujo livro foi proibido no Brasil) foi lembrada para demonstrar que somente 30% das mulheres afirmam ter orgasmo vaginal, enquanto 70% só têm orgasmo pela manipulação do clitóris.

De qualquer maneira, isso vai se chocar constantemente com a exigência masculina de que o orgasmo deva ser sempre vaginal e leva muita mulher a simular o orgasmo. Por que? A dra. Martha Suplicy aponta várias razões: o temor de que o marido vá procurar uma mulher que tenha orgasmos, que não lhe traga a sensação de «incompetência» na cama. Outra razão para a simulação, diz a dra. Martha, é pressão social inversa que atualmente domina a sociedade. Antes, até bem pouco tempo, era uma virtude a mulher não ter orgasmos e se dedicar santamente apenas à reprodução. Mas agora, há uma pressão social no sentido de que todas as mulheres devam ter orgasmos, sem-

pre que possível acompanhados de tilintar de sininhos e de pirotecnias multicolores. Hoje, diz a dra. Martha, a mulher que não tem orgasmo é uma cidadã de 2ª classe, que se martiriza perguntando: «se minha vizinha tem carro, TV a cores e orgasmo, porque eu também não?». Daí o sexo se tornar burocrático e assumir o aspecto de «obrigação» a ser cumprida, a distância é pouca. Não havendo negociação e diálogo na questão, o caminho do «desastre» é inevitável, asseguram os sexólogos. Pois, por mais que pareça que a sociedade moderna tenha chegado ao nível de bombardeio de saturação de propaganda erótica, o mais irônico é que o desejo esteja bloqueado no casal, na maioria dos casos. A dra. Gilda Fucs aponta várias causas para a apatia sexual, em dois níveis: orgânico e psicológico, divididos a grosso modo. O stress, a cansaça de um dia de trabalho, o uso de drogas depressivas, seriam fatores orgânicos, enquanto ao nível psicológico ela identifica várias causas para a disfunção sexual: preconceitos educacionais religiosos, medo e conflito, sentimento de ação pecaminosa, tendência a encarar o sexo como uma luta, que aos tímidos e fracos abate, a não resolução de algum conflito básico (como complexos de Edipo e Electra) e finalmente fatores do relacionamento: não saber como produzir estímulo mútuo, comunicação pobre, relacionamento hostil e impedimentos de entrega entre parceiros.

A destruição da sexualidade

A terapia envolvida também marca um grande distanciamento em relação às idéias de sexo das décadas passadas. Ao lado dos estímulos afetivos necessários ao melhor entendimento do casal, há uma reavaliação de

práticas antes consideradas prejudiciais. A fantasia e a masturbação que, antes, ironicamente, eram consideradas como disfunções que impossibilitariam a obtenção do orgasmo pleno, são admitidas agora como meios de se atingir um prazer legítimo que leva ao aprofundamento do conhecimento do próprio corpo, e o autoconhecimento encarado como um bom caminho para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável e propícia ao orgasmo. Também o homossexualismo é encarado hoje, pelos cientistas e educadores mais progressistas, como uma «alternativa» de relacionamento, e não mais como um tipo de relacionamento de extração inferior, ou mesmo patológico. Esse reconhecimento leva a uma diminuição dos sentimentos de culpa dos homossexuais, o auto-reconhecimento e a organização política dos mesmos», diz a prof. Martha Suplicy, «com o fim de mudar as leis» e liquidar o estigma que pesa sobre eles. Isso se deve principalmente ao nível de formulação de teorias e descobertas, às pesquisas contidas no relatório Kinsey, que sacode o mito de que existem somente dois sexos: há, na verdade, todo um espectro contínuo entre esses extremos, e, pelo menos cientificamente, ninguém mais pode ser acusado de ser homo ou heterossexual exclusivamente. Os pais, em virtude dessas novas orientações, são levados a compreender melhor os comportamentos desusados tendências homossexuais em seus filhos e a não reprimi-los, mas a motivá-los a usufruir também a heterossexualidade e a destruir o mito do «apavorante sexo oposto». Mas essa não deve ser, advertem os sexólogos, a principal preocupação dos pais: muito mais grave, advertem os sexólogos, é a destruição da sexualidade sadia das crianças por uma educação deformada e preconceituosa, do sexo como apelo de venda, ligado à violência e comercializado. «Os homossexuais não estão nos importunando», diz a sexóloga americana Mary Calderone, uma das mais prestigiadas autoridades do mundo no assunto, que esteve presente ao congresso, e não há razão para o furor obsessivo contra os homossexuais, mas a violência e a destruição da sexualidade sadia sim, é algo a preocupar.

Finalmente, quando se tratou de «anormalidades», o que se contemplou foi o sexo entre os deficientes mentais, mesmo assim, guiado pela mentalidade de que a liberdade deve ser ampliada. Nos EUA, embora existam Estados que praticam a esterilização de casais de deficientes mentais, diz o dr. Haruo Okawara, pós-graduado do Reproduction Biology Research Foundation (EUA) a tendência é de encarar o assunto em novas formas, «pois a satisfação sexual é um direito inalienável de todo ser humano».

Por conta mesmo das aberrações, o balanço que se dá do congresso é só um: aberração sexual e disfunção mesmo, das legítimas, hoje em dia, ficaram reservadas apenas para os que insistem na educação altamente repressiva, preconceituosa, destrutiva, a que leva apenas «ao sexo com vítimas».

Sexo em clima de abertura

Hoje há mais liberdade e compreensão para a implantação do ensino sexual, mas ainda há muito por fazer...

Entrevista Alda Martinelli

Para a sexóloga Maria Helena Matarazzo, bacharel em Ciências Sociais Familiares pela Universidade de Minnesota, mestre em educação e coordenadora do I e II Congresso Nacional sobre a Educação Sexual nas Escolas, desde que ela voltou dos Estados Unidos, há quatro anos, o clima em relação ao ensino sexual mudou muito. Maria Helena falou a Movimento sobre o Congresso e sobre as perspectivas de seu trabalho:

Movimento — Quais os principais objetivos do Congresso?

Maria Helena Matarazzo — Senti que o 1º Congresso, no ano passado, foi só uma fase de conscientização, acordar o Brasil para a Educação Sexual, mostrar para os educadores que é uma necessidade. Nesse segundo Congresso pedi aos convidados para se aterem a conceitos básicos, noções fundamentais sobre educação sexual. Porque se isso é um movimento que está nascendo é importante montar primeiro uma infra-estrutura. Em cima disso, agora, vamos poder dizer quem, como, quando e onde. Provavelmente no ano que vem (no 3º Congresso) vamos entrar em áreas mais específicas. Este ano identificaremos as pessoas e instituições interessadas em investir na área de educação sexual, e começar a agrupar essas pessoas em grupos de estudos ou comissões que começarão a planejar a viabilidade de um programa de educação sexual, adequado para o Brasil (certas regiões, centros urbanos etc.).

M — O que seria essa Associação citada no Congresso?

M.H.M. — Essa Associação é uma tentativa minha, pessoal, com alguns colaboradores em São Paulo, a fim de centralizar es-

ses esforços. Teria um centro de informações para pessoas de outros estados ou mesmo de São Paulo, que quisessem saber onde buscar audiovisuais, literatura. Essa Associação teria um centro de pesquisa, de treinamento. No momento isto está sendo concretizado. Os estatutos da Associação estão sendo elaborados, o grupo está se formando.

M — Para quem são dirigidas essas orientações? (orientadores educacionais, professores de biologia?)

M.H.M. — Em São Paulo as escolas municipais que são 275, têm 100 orientadores educacionais. Nas estaduais que são mais de 5 mil não tem nenhuma. Quem dará essa orientação então, será aquele que estiver mais interessado nesta área, ou aquele que tiver mais disponibilidade para o treinamento. Pois os nossos professores já têm uma carga brutal nas escolas, trabalham em 2 ou três turnos.

M — A que você atribui o apoio oficial e a falta de preconceitos contra o Congresso?

M.H.M. — De um ano para outro senti uma mudança na minha situação, em termos profissionais. Ao invés de eu ir ao encontro das pessoas, de março para cá, isso se inverteu. De tal maneira que estou tendo dificuldades em atender as pessoas que me procuram. Há 4 anos, quando voltei dos EUA ia de porta em porta (universidades, escolas, TVs, rádio). Agora não estou dando conta de pedidos que me estão sendo enviados (cursos, consultoria, conferências, seminários internacionais). Fui convidada a organizar o 4º Simpósio Mundial de Educação Sexual, aqui no Brasil, em 1982. A Editora Abril propôs fazer livros do aluno e do professor para as oitavas séries. Mas sozinha é impossível. É necessário uma



Matarazzo: um congresso de consolidação

equipe de educadores que se proponham a trabalhar nisso durante 2 anos. Meus amigos andam brincando que isto aconteceu de março para cá porque em março mudou o governo e está havendo uma abertura. Não sei dizer ao certo a que isto se deve, as variáveis são muitas.

M — Que trabalhos já foram feitos neste sentido?

M.H.M. — De 3 escolas (projeto piloto) do município já está em 20. Como vai crescer, em que direção, e quantos outros grupos vão se formar não sei dizer. Mas acredito que vão ser criados núcleos.

M — Qual foi a repercussão desse trabalho sobre a comunidade, sobre os pais dos alunos?

M.H.M. — Foi feito um relatório nessas escolas e a reação foi muito positiva. Inicialmente foi de muito receio, incertezas (receios por ex. de meninos e meninas juntos). Depois mostraram-se muito favoráveis, apoiaram, não havendo nenhum conflito familiar porque primeiro foi dado um curso para os pais.



A «normalidade» sexual debatida por sexólogos: Da esquerda para a direita: Mario Barboza, Martha Suplicy, Haruo Okawara, Gilda Breal Fucs.

A contra-informação sexual

Um documentário filmado sobre as aulas de educação sexual mostra que a desinformação sexual campeia nas escolas

Entrevista Alda Martinelli

Uma das atrações do Congresso, um filme realizado por duas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, Maria Cristina Bruschini e Carmem Lucia de Mello Barroso, mostra três tipos de debates e orientação sexual. Entrevistada por Movimento, Maria Cristina conta por que fez o filme e o que ele sugere:

Movimento — Como surgiu o interesse em fazer pesquisas sobre Educação Sexual?

Maria Cristina Bruschini — Estamos interessados nesse tema desde 1978 e a pesquisa sobre educação sexual está em andamento com verbas da Fundação Ford e CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas). A pesquisa foi feita com adolescentes de 12 a 14 anos. Queríamos abranger várias camadas sociais. Pegamos então um colégio de classe alta e religioso, o Pio XII, um colégio classe alta (Equipe) e adolescentes selecionados de uma escola pública (a rede pública não participou do programa por problemas políticos: mudança do secretariado). Nesse caso, alguns jovens de escolas públicas se dispuseram a participar. E também na periferia, não em escolas porque esse pessoal raramente chega ao ginásio, quanto mais ao segundo grau. Neste caso conseguimos isso através da sociedade Amigos de Bairro do Jardim São Francisco.

M — Qual o objetivo do programa?

M.C.B. — Debater valores, atitudes, frente à sexualidade com os jovens. Não era dar uma informação, fazer um curriculum de educação sexual neste sentido. Era debater.

De uma forma geral o programa foi sendo feito à medida que se ia conversando com os jovens. Perguntamos em primeiro

lugar o que queriam discutir e a partir do interesse dos diferentes grupos, que em geral coincidiam, foi se montando o programa.

M — Como surgiu a idéia de se fazer o filme?

M.C.B. — No decorrer da pesquisa achamos interessante fazer um filme (apesar das dificuldades de recursos) gravando pelo menos cada um dos grupos.

M — O filme caracteriza alguma diferenciação entre os grupos?

M.C.B. — Acho que o filme mostra claramente que ainda há falta de informação, principalmente na classe mais baixa, na periferia principalmente. Os grupos de adolescentes mais abertos são jovens filhos, em geral, de intelectuais, profissionais liberais.

M — Qual a repercussão do trabalho junto aos jovens?

M.C.B. — Em todos os depoimentos e na avaliação final, a coisa importante foi a percepção que passavam a ter, (que até então não lhes era muito clara) entre sexo e sociedade, ideologia e cultura. O jovem é muito idealista. Está numa fase de questionar os próprios valores, querendo encontrar os dele. Então o que tentávamos fazê-los perceber foi a relação entre a ideologia, entre classe social, tentar perceber o seu próprio valor dentro da classe social na qual está inserido, dentro da sociedade e do mundo em que está vivendo. O programa levou muito esse tipo de discussão. O que é melhor para cada pessoa, em cada momento, em cada situação sócio-econômica (tema como por ex. virgindade). O assunto masturbação, por exemplo, foi abordado e a reação foi surpreendente pra mim, em que ficou patente a

Foto Central/Eliana Assumpção



Bruschini: é possível educar sem traumatizar...

ignorância sobre o assunto, principalmente nas meninas. Elas acham que só os rapazes se masturbam. Não sabem muito bem o que é masturbação e o que fazer com ela. Surpreenderam-se com o que dissemos. Ficou patente que não sabiam que masturbação é uma coisa absolutamente normal, nas várias faixas etárias; em casais plenamente ajustados no casamento ou numa relação sexual estável. E que também era válido e comum em pessoas mais idosas. Foi muito interessante, vivo, honesto. Foi um dos momentos em que colocaram muito honestamente a sua própria ignorância.

Outro assunto em que emergiu muito a ignorância foi quando se tocou em orgasmo. Por exemplo: mesmo quando se falou em aparelho reprodutor, vários jovens não sabiam o que era clitoris, onde era e o que acontecia com ele. O mesmo ocorreu com métodos anticoncepcionais. Há uma falsa informação. Num debate sobre orgasmo achavam que era uma sensação de plenitude amorosa, coisa de contos de fadas, qualquer coisa como campainha soando quando se dá um beijo no namorado.

Mulher metalúrgica

Vai começar o I Congresso em São Paulo

O I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo começa no dia 31, sexta-feira. Nesta página, a trabalhadora na CLT e no novo projeto do governo, relatos de metalúrgicas e exemplos das discriminações a que são submetidas

Por Elisabete Souza Lobo, Antonina Silveira e Rosa Moisés

Em tempo
5/9/79 pr

As principais reivindicações das metalúrgicas tratam da igualdade salarial, da melhoria das condições de trabalho, de creches e do direito ao exercício profissional. Além disso, de uma maior participação sindical e política da mulher metalúrgica.

As organizadoras do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo estão até aqui de tarefas. E, ainda por cima, enfrentando a repressão dos órgãos de segurança e as perseguições dos patrões nas portas das fábricas.

Para boicotar o Congresso, que começa na sexta-feira e só termina no domingo, os patrões estão com várias tramas. Os da Sami programaram uma churrascada gratuita no domingo. Os da Matarazzo, uma viagem para os funcionários durante o fim de semana. Já outros convocaram as operárias para as tradicionais horas-extras nos dias do Congresso.

Debaixo do Estado, do pai do marido e do patrão.

Sem consultar as trabalhadoras, o governo tirou do bolso uma nova regulamentação para o trabalho da mulher. No projeto da CLT, a alteração principal é a que diz respeito ao trabalho noturno das mulheres utilizando o princípio correto de igualar homens e mulheres no mercado de trabalho e abolir o protecionismo que terminava em desvantagem para as trabalhadoras, o governo agora vai permitir que as mulheres trabalhem à noite para atender a "interesse nacional relevante", isto é, para que as empresas possam cumprir contratos de exportação. Novidade que data de 1967, quando foi introduzida para a indústria do couro e que agora vai beneficiar outros setores.

Assim, fica decretada a "igualdade" entre homens e mulheres. Mas os problemas específicos das mulheres que trabalham é claro, ficam de lado. Não há nenhuma melhoria no que diz respeito às creches, à proteção à maternidade, às condições de trabalho na fábrica e às condições de saúde.

Sobre isso, as próprias metalúrgicas de São Paulo falam:

Creches na fábrica e para todas as idades

Arleide é metalúrgica há 5 anos. Seu filho, Alexandre, de um ano, nunca teve uma creche. Fica com a avó, vizinhas, amigas. Arleide sai às 5 horas da manhã de casa e volta às 8 da noite. Grávida, trabalhou até 8 meses e meio, carregando barras de ferro que apoiava na barriga. Deixou o trabalho para cuidar do filho e quando voltou a procurar emprego escondia que tinha filho até passar o período de experiência. Na fábrica, diz ela, há muita mãe solteira morando em pensão que não aceita crianças e todas têm o mesmo problema: querem creches na fábrica para crianças de todas as idades. Os horários das creches tem que ser os de trabalho: nenhuma creche de bairro abre às 5 da manhã. E precisam de transporte para levarem as crianças porque "senão não dá".

"Se o trabalho noturno passar, a gente trabalha porque precisa"

Lúcia, aos 12 anos operária na confecção, aos 24, metalúrgica desempregada, trabalhava das 5 h da manhã às 2 da tarde. Às 3 da madrugada ia dormir e terminava o dia. Para fazer trabalho sindical não dormia: emendava reuniões com trabalho porque, se dormisse, não conseguiria mais acordar. Diz que cada vez mais se vê mulheres trabalhando à noite. Para ela, é claro que as empresas vão substituir os homens pelas mulheres no trabalho noturno, porque elas coagidas pela falta de trabalho, vão aceitar salários inferiores.

"Mulher faz trabalho especializado mas ganha como ajudante"

A grande maioria das metalúrgicas são ajudantes gerais. O acesso às escolas profissionais é difícil, muitas vezes impossível.

Inácia tem 5 filhos e quer trabalhar em eletrônica mas como só tem o primário não é aceita nas escolas profissionais públicas. Lurdinha é a única mulher entre 400 homens no SENAI da Móoca. Cida já trabalhou na prensa, como ferramenteira, mas sempre com salário de ajudante.

Além do trabalho produtivo, muitas vezes as operárias fazem "trabalho de mulher", varrem o chão, limpam banheiro. "A gente é educada para servir", diz Lúcia. "Passa da casa para a fábrica, obedece o pai, o marido, o patrão. O chefe chama a gente de vaca, vagabunda, e a gente baixa a cabeça e chora".

O medo que não é só do patrão

Os problemas das trabalhadoras, contudo, não se resumem aos patrões. Na maioria das vezes, os próprios maridos, pais e namorados hesitam em aceitar uma atitude diferente por parte das mulheres, quando estas abandonam sua submissão secular, passam a discutir seus problemas como trabalhadoras, e percebem a necessidade de se organizar. Para estas, as dificuldades de atuação são inúmeras, a tarefa é dupla: convencer o grupo familiar de que a mulher é uma aliada na luta da classe trabalhadora e encontrar formas de difundir a luta entre as companheiras. «O marido não entende, mesmo os que têm uma certa consciência, ele fica inseguro, tem medo da mulher começar a entender mais do que ele, isso é um perigo para o machismo dele, a insegurança de que ela encontre outro melhor do que ele», diz Lúcia.

É preciso participar

As metalúrgicas se dão conta de que não são só os homens que precisam se organizar. Participar quer dizer para elas discutir seus problemas específicos mas também integrar a luta do conjunto da classe, vencendo a timidez e o isolamento.

Entre a realidade das metalúrgicas, suas reivindicações e esperanças e a CLT que vem apenas sancionar o autoritarismo e a exploração presentes no cotidiano de cada trabalhadora há um espaço de luta.

A trabalhadora e a legislação

	CLT atual	O projeto do governo
JORNADA DE TRABALHO	8 horas diárias mais 2 horas extras excepcionalmente 12 hs. c/ 25% de aumento salário-hora	a prorrogação da jornada de trabalho depende de atestado médico
TRABALHO NOTURNO NA INDÚSTRIA	é limitado às indústrias de produtos perecíveis e manufaturas de couro que mantenham contratos de exportação (modificação introduzida em 1967)	é permitido sempre que atenda a « interesse nacional relevante », ouvidos os sindicatos de empregadores, sob apresentação de atestado médico.
CONDIÇÕES DE TRABALHO	proíbe o trabalho na mineração, atividades perigosas ou insalubres deve atender a condições mínimas de saúde, higiene. limita o emprego da mulher a atividades que exijam força muscular superior a 20 kg no trabalho continuado e 25 kg no trabalho ocasional.	nenhuma modificação
PROTEÇÃO À MATERNIDADE	licença de 4 semanas antes do parto e 8 depois, com possibilidade de mais 2 em casos excepcionais garante salário-maternidade integral permite a ruptura de contrato se o trabalho for prejudicial à saúde da gestante prevê 2 semanas de repouso em caso de aborto necessário prevê 2 descansos de meia hora cada para amamentar o filho até 6 meses, prorrogáveis prevê creches-berçários nas fábricas com mais de 30 mulheres de mais de 16, anos, ou subvenção de creches distritais os berçários devem ter saletas, cozinha dietética e instalação sanitária.	nenhuma modificação nenhuma modificação nenhuma modificação nenhuma modificação prevê creches e berçários nas fábricas com mais de 30 mulheres entre 16 e 40 anos, ou subvenção de creches distritais assegura o emprego até o fim do período de pagamento do salário maternidade.

Enfrentando as condições de trabalho

Os metalúrgicos, a mais poderosa categoria de operários do Estado de São Paulo, conta com fraca ou quase nula participação de mulheres na vida política e sindical. Somente nesse Estado, elas são aproximadamente 45.000 operárias, quase 1/5 da categoria, das quais apenas 5.800 são sindicalizadas.

O papel, secundário e subalterno, que lhes é socialmente destinado impõe-se como um dos principais entraves à sua participação. Entretanto, os anos mais recentes viram a emergência da mulher no cenário das lutas reivindicativas, nos bairros, nas escolas, nas fábricas. A mulher metalúrgica não foi exceção. Sua atuação nas greves de 78 marca o início de um processo que dá ainda seus primeiros passos.

Como, por exemplo, estes dias importantes momentos que marcam a atuação das metalúrgicas do Estado de São Paulo. O I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, onde algumas importantes constatações a respeito das condições de trabalho da mulher foram feitas, e o Congresso Nacional dos Metalúrgicos, onde as reivindicações de São Bernardo foram reformadas e ampliadas. Eis algumas delas extraídas de dados elaborados pelo Dieese relativos aos anos de 1970 a 1975, para o primeiro congresso de São Bernardo:

Entre 1970 e 1975 diminui a proporção de homens que ganham até

dois salários mínimos, especialmente na faixa de 25 e 49 anos, enquanto cresce essa proporção em relação às mulheres, mais acen-

tualmente na faixa de 25 a 29 anos.

E acentuadamente maior o número de mulheres que possuem

primário, ginásial e colegial completos, ocupando as mesmas funções de homens com grau de escolaridade inferior.

HOMENS E MULHERES METALÚRGICOS GANHANDO ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS:

	Homens	Mulheres
Primário completo	50,8	84,2
Ginásio completo	30,4	52,0
Colégio completo	9,5	27,1

AS EMPRESAS METALÚRGICAS PAGAM MENOS ÀS MULHERES

Media Salarial	3.864,00
Homens	5.600,00
Mulheres	3.466,00

SETORES QUE MAIS EMPREGAM MULHERES PROPORCIONALMENTE AOS HOMENS

Material Elétrico	Mecânica	Oficinas
1 Mulher 4 Homens	1 Mulher 7 homens	1 Mulher 9 Homens
Automobilística		Metalúrgica
1 Mulher 13 Homens		1 Mulher 15 Homens

SETORES QUE PAGAM MENOS ÀS MULHERES

Material Elétrico			Oficinas		
Salários	Homens	Mulheres	Salários	Homens	Mulheres
Acima de 3.721,00	36,15	8,61	acima de 3.721,00	42,23	29,10
abaixo de 3.721,00	63,85	91,40	abaixo de 3.721,00	57,76	71,79

	Metalúrgica				
Salários	Homens	Mulheres			
acima de 3.721,00	58,68	43,81			
abaixo de 3.721,00	41,31	56,19			

Pelo estudo conclui-se que cresce o número de mulheres empregadas, mas quem em compensação, o trabalho da mulher significa salários mais baixos. No entanto, não são apenas as mulheres que

sofrem as consequências dessa redução salarial. Os homens as sofrem na medida em que tendem a ser substituídos por elas ou a terem salários reduzidos.

Campanhas salariais unificadas

Uma primavera quente para Figueiredo

A campanha dos metalúrgicos começou fria, mas deve esquentar nas próximas semanas, à medida em que dois milhões de trabalhadores paulistas, unificados, preparem sua resposta coletiva à crise econômica (Por Tom Duarte)

Pouco mais de mil trabalhadores estiveram presentes à sede dos Metalúrgicos de São Paulo, na rua do Carmo, localizada na parte velha da capital, participando da assembléia que inaugurou a campanha salarial, de 1979, na sexta, dia 24. Número reduzido, se comparado ao próprio quadro social do sindicato (60 mil associados, numa categoria de 350 mil trabalhadores) ou às assembléias-monstro, que chegaram a reunir até 30 mil operários, durante a greve geral, deflagrada em conjunto com Osasco e Guarulhos, no ano passado, o pequeno comparecimento talvez ainda seja resíduo da derrota imposta pelo pelego Joaquim Andrade (ver entrevista da Oposição Sindical).

Nesse "ponta-pé" inicial, pouca coisa foi tirada de concreto. Decidiu-se formar uma Comissão de Mobilização, encarregada de organizar as discussões nas quatro regiões em que foi dividida a cidade (Norte, Sul, Leste e Oeste), e elaborar a pauta de reivindicações que a categoria apresentará ao Grupo 14, da FIESP (Federação das Indústrias) que coordena os empresários do setor. Essa pauta, deverá ser aprovada na próxima assembléia geral, marcada para o dia 16 de setembro, domingo, no velho Cine Piratininga, no Braz. Nessa ocasião, caso venha a ser aprovada a proposta da Oposição Sindical Metalúrgica, deverá ser constituído o Comando Geral de Luta, formado por representantes dos Comandos formados nas quatro regiões, única forma de impedir que direção pelega do Sindicato, conduza sozinho a campanha.

Unificação da campanha

cerca de 200 trabalhadores participavam, em Osasco, de assembléia semelhante, retirando praticamente as mesmas decisões (exceto a data da nova assembléia, prevista para o dia 14 de setembro). Pouco entusiasmadora, ela talvez também sirva para induzir à idéia de que a campanha dos metalúrgicos, neste ano, seja um fracasso. Entretanto, de acordo com a maioria das previsões, é provável que adquira um significativo dinamismo nos próximos dias. Autoriza a essa expectativa, o quadro político do país, que apesar do recrudescimento da investida repressiva do governo (Em Tempo n.º 78) é certamente favorável aos trabalhadores, influenciados positivamente, por um lado, pelo surto grevista que ocorreu no Rio Grande do Sul e Minas Gerais principalmente, e por outro, pela crescente deterioração de suas condições de vida e pela maior politização existente hoje.

Além disso, a campanha dos metalúrgicos não se dará isoladamente, como nos anos anteriores. Contrapondo-se à divisão das datas de reajuste astutamente praticada pelo governo, os trabalhadores parecem dispostos a partir para a unificação de suas campanhas, única forma de enfrentarem em melhores condições o patronato, forte e poderoso, amparado num governo de força.

Trinta e dois sindicatos, representando nominalmente um pouco menos de dois milhões de trabalhadores, resolveram assumir sete pontos mínimos de unidade: 50 por cento de reajuste, mais um fixo de Cr\$ 3 mil, piso salarial de Cr\$ 7.200,00, garantia no emprego desde o primeiro dia de trabalho, estabilidade para as comissões e delegados sindicais eleitos pela base, nas fábricas, unificação das datas-base, semana de 40 horas, sem redução dos salários e salário igual para os substitutos.



Metalúrgicos não estarão sós neste ano.

Respostas aos patrões

Essa proposta, como adverte o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Henos Amorina, e um dos principais articuladores da chamada "unidade sindical", tem o valor meramente indicativo. Quem deverá decidir sobre o elenco de reivindicações serão os próprios trabalhadores, em assembléia geral de cada categoria. Ele não descarta, porém, a possibilidade de que seja convocada uma assembléia-monstro, no Estádio do Pacaembu, reunindo todas as categorias envolvidas na campanha (ver relação), como foi sugerida pela Oposição Sindical, em São Paulo. Para ele, tudo dependeria do desenvolvimento do trabalho de organização e da mobilização dos trabalhadores.

Se da forma como foi decretada "unidade sindical" mereceu críticas dos operários mais combativos, — articulada pela cúpula dos Sindicatos — ela não deixa de se constituir numa importante resposta dos trabalhadores à crise econômica, ao desemprego, ao recrudescimento da inflação e elevação acelerada do custo de vida, caso venha a contar com o efetivo respaldo da base. Uma resposta bem distinta daquela ensaiada e adiantada por certos setores da intelectualidade dita progressista, incansáveis na busca de paliativos para os problemas atuais e inclinados, mais uma vez, a ajudar a burguesia a gerir a crise, mesmo que isso signifique jogar o seu custo em cima dos trabalhadores (leia o artigo "Os Conselheiros do Príncipe", na página 6).

Ao mesmo tempo, a unificação das campanhas expressa, objetivamente, os primeiros passos na construção de um organismo de direção centralizada, vale dizer, uma Central Única dos Trabalhadores (CUT). Embora inviável e indesejável, enquanto for encaminhada basicamente pelo alto e

perdurar a estrutura sindical atual, assim como o direito de greve, essa articulação intersindical representa um golpe a mais nessa combalidez e obsoleta estrutura.

A mobilização operária em São Paulo — o pólo político mais importante do país, a partir deste mês, pode representar um complicador a mais para os estrategistas do Planalto. Nem o clima ameno, próprio da estação das flores, evitará que esta seja uma primavera quente para Figueiredo.

° Perto de dois milhões de trabalhadores têm seus dissídios marcados para o segundo semestre. Em agosto, começou com o setor de alimentação (110 mil trabalhadores), bancários (140 mil) e Petroleiros (40 mil, em setembro), papel de papelão (60 mil), em outubro.

° Novembro, reúne o contingente mais numeroso: gráficos (42 mil), metalúrgicos de SP, Osasco, Guarulhos (400 mil), químicos (60 mil), têxteis (240 mil), e comerciários, da capital e interior (560 mil).

° Em dezembro, é a vez dos padeiros (60 mil), marceneiros (20 mil), químicos farmacêuticos da capital (20 mil), vidreiros (22.500), hoteleiros, restaurantes e similares (100 mil).

Oposição Sindical Metalúrgica

Não deixar que o pelego dirija a luta

Franco, Hélio e Silva, da Oposição Sindical Metalúrgica, juntamente com Adalberto, outro Operário de oposição, falam ao EM TEMPO sobre as lutas dos trabalhadores, contra os patrões, o governo e o pelego.

Como vocês vêem a campanha dos metalúrgicos de São Paulo e o quadro político atual, onde uma série de categorias importantes (bancários, têxteis, petroleiros) também entra em campanha, mobilizando mais de um milhão de trabalhadores só em São Paulo?

Franco - Vemos duas questões principais: a primeira é a desmoralização da ditadura, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico, isto é, uma crise total, onde a economia, começa a sofrer sérios problemas. Do outro lado, um avanço muito grande das lutas dos trabalhadores, no sentido de recuperar sua liberdade política e, também, de recuperar tudo aquilo que foi roubado nos últimos anos. É importante destacar o seguinte: nota-se, por parte do governo a intenção de, pelo menos aparentemente, reformular o modelo, ou seja, não está acontecendo na prática, tanto que os sindicatos continuam sendo controlados, as prisões de dirigentes sindicais e trabalhadores grevistas continuam acontecendo. A campanha dos metalúrgicos tem que levar em conta estes dois aspectos, perceber que a atitude do governo é uma tentativa de preservar seu domínio perante a sociedade.

Outro problema que a gente considera fundamental é o econômico: quais as mudanças que o governo está propondo? Primeiro, volta para o Ministério do Planejamento, o Delfim Neto, já conhecido pela classe operária como o maior fraudador de índices que já houve na história do movimento operário. Outra questão é a dos aumentos semestrais: o problema, pra nós, não é aumento semanal, mensal ou anual; o problema é quem decreta os índices, de que forma decretar os índices. Então, o governo, ao mesmo tempo em que o aparentemente dá essas aberturas, controla-as completamente. Pra nós, trabalhadores, é fundamental termos uma participação na elaboração desses índices, coisa que a gente nunca teve até hoje. Então, é extremamente importante iniciar esta campanha tendo essa visão, de que é impossível que o governo resolva os problemas econômicos e políticos da população brasileira. Só a partir da nossa organização, da nossa luta e, principalmente, da unificação do movimento operário, coisa que ainda não se está dando; uma das princi-

pais questões da nossa campanha, então, é conseguir que a luta não seja só dos metalúrgicos, mas também dos têxteis, químicos e outras categorias que tenham reajuste nesse período.

Adalberto - Eu acho difícil sair um movimento grevista dos metalúrgicos de São Paulo, hoje, bem mais difícil que no ABC ou em Minas. Se sair uma greve dirigida pela diretoria do Sindicato, eu não tenho dúvida nenhuma de que a greve vai ser derrotada, não só porque o pelego vai trair, mas também porque a categoria não vai assumir. Parariam algumas fábricas, mas isso não seria suficiente para impedir uma derrota total. Eu acho que a oposição precisa se preocupar com essas questões. Tirar uma greve simplesmente em função de que o Sindicato venha a assumir, eu acho que é melhor não tirar. Agora, a minha grande preocupação é que eu acho que as oposições também não estão preparadas para assumir esta greve. Se as oposições, em função da sua fragmentação, endossarem uma greve tirada pelo Sindicato, vai ser um caos a nível de oposições. Se as oposições não se solidificarem, não se unificarem - não a nível de estrutura, mas a nível da luta geral da categoria. Eu não estou a fim de unificar com diretoria ou com proposta de quem quer que seja. A minha unificação é a nível da luta geral da categoria. Ela não é em cima da diretoria, que não tem, inclusive, condições de levar essa luta. Quem tem condição é a Oposição - as oposições - junto com lideranças espontâneas dessa greve.

ET - Como vocês vêem o ânimo da massa hoje para uma greve, a partir da própria experiência do ano passado?

Franco - Eu acho que há duas coisas distintas. Uma, que dentro das fábricas continua em descontentamento muito grande, tanto que as greves se expandem a nível nacional (Minas, Bahia, Rio Grande do Sul). Isso é um aspecto importante. Agora, o outro ponto é a decepção causada pelo encaminhamento incorreto de algumas lutas, particularmente em São Paulo e, depois, no ABC. Sobre isso, nossa posição é de que há uma apatia, dentro da categoria, para assumir uma luta nesse momento. Não que os trabalhadores estejam contentes,

mas não vêem uma direção com suficiente autoridade, com a confiança da categoria, para que se entre numa luta e se conquiste aquilo que a gente pretende. A questão do acordo que foi assinado no ano passado ainda se reflete, principalmente nas grandes fábricas, com a maior parte das vanguardas, e que são fundamentais para qualquer luta. Se a vanguarda está desmoralizada, descontente, sem organização, é lógico que isso vai paralisar o conjunto da categoria.

Silva - Uma questão que a gente tem que observar é o desenvolvimento da derrota de novembro e a desorganização do movimento sindical. Uma grande quantidade de companheiros, especialmente os que fizeram greve em maio do ano passado, uma média de 120 mil, realmente está com uma visão anti-sindicato. Então, onde a gente tem maior penetração, a visão é um pouco diferente, e os companheiros participam com um objetivo: derrubar o Joaquim, não deixar que ele dirija esta luta e aí é que vai haver um problema muito sério. Em maio, muitos companheiros trazidos pela Oposição saíram decepcionados, inclusive com o problema da pauleira na porta do Sindicato. Isso é um processo de desmoralização que vem aumentando; o problema é reabilitar a questão da organização sindical. Aí, você tem que denunciar o pelego, a estrutura oficial, atrelada, e apresentar outras formas de organização. Você tem que atacar todas estas questões ao mesmo tempo, e esse é um dos grandes problemas que a gente tem que enfrentar.

ET - E quais são as formas de organização que estão sendo efetivadas na campanha?

Silva - A organização deve vir a partir de Comandos Regionais, com representantes das diversas fábricas; esses Comandos Regionais formam um Comando Geral de luta, que pode ser a greve ou alguma outra luta que venha a se desenvolver. A participação da categoria nesses Comandos depende da decisão das assembleias, desde as assembleias regionais até a assembleia geral da categoria. Nós aprovamos na sexta, uma Comissão de mobilização, que tem tarefa inclusive de acompanhar a própria diretoria, pra que se cumpram efetivamente as decisões da assembleia. Mas eu

ainda considero isso insuficiente; a gente vai ter que colocar a questão de Comitês de Apoio à Greve, incluindo outras categorias, aqueles setores que realmente se comprometam com a luta, que não tenham medo de um fechamento da ditadura. Isso realmente vai ser um ponto decisivo no desenvolvimento da greve. Aí a gente vai se apresentar perante a categoria com organização. Enquanto os trabalhadores não perceberem uma direção alternativa, não vão se comprometer.

Hélio - Eu gostaria de voltar a um ponto anterior, que é o problema da organização por empresa. A maioria das lutas que vêm ocorrendo surgem de explosões massivas, assembleias, mas, se num primeiro momento, isso é suficiente, o que sustenta uma greve é a organização. Nesse sentido, a gente precisa rearticular as Comissões e os grupos de fábrica.

ET: E o Fundo de Greve?

Franco - Nossa posição é que o Sindicato, enquanto organização dos trabalhadores, assuma o Fundo de Greve, não como um Fundo-desemprego, mas como meio de luta dos trabalhadores. Houve uma experiência em Divinópolis, com o Sindicato utilizando seus fundos para sustentar uma greve. O trabalhador já contribui com o Sindicato através do imposto sindical, da contribuição sindical na época do dissídio, então o Sindicato tem que empregar esses fundos nos momentos de luta. Isso tem que ser levantado. É lógico que o Governo vai intervir, mas é preciso que esse Sindicato ponha a nu todas as suas contradições e todas suas limitações. A gente tem que apoiar a iniciativa do Sindicato e levar essa discussão.

ET - E qual o tipo de reivindicação que vocês teriam para essa luta?

Silva - A gente resolveu definir as reivindicações a partir de uma pesquisa, que a gente vá passando nas fábricas. Na próxima assembleia, a gente já vai ter o resultado da pesquisa.

Franco - É importante destacar coisas que já estão surgindo: estabilidade no emprego, comissões de fábrica, 40 horas semanais... A questão do índice ainda não está definida. Mas eu acho que não deve ser de menos de 90% pra lá. E pelo menos Cr\$ 7.000,00 de piso salarial.

O GRANDE DIA DE PROTESTO DO MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA



... não foi suficiente para dispersar os manifestantes contra a alta do custo de vida, passado na praça da Sé. Nem a chuva nem as promessas, tanto do Governo como da Paulista de Futebol, que fez realidade pela manhã e à tarde. Desta vez, ao fim do ano passado, não houve repressão. É claro que os policiais estiveram, mas simplesmente assistiram ao ato. "Nacional do Protesto", era a grande manifestação na praça da Sé. Foram empurradas com várias inscrições, todas elas contra essa alta do custo de vida, e não foi para assumir somente a causa por um dia. As raízes, todo mundo já sabe, são profundas, por isso o povo exigiu reforço. Gritou contra a entrega da América aos grandes grupos econômicos, e não é "o povo não tem medo", rimando com "abaixo" o nome do presidente. Há cerca de 5 mil pessoas, mas quem sabe quantas mais? Ah, essas pretensões dos reporteres. Seguramente tinha milhares de pessoas na praça da Sé.

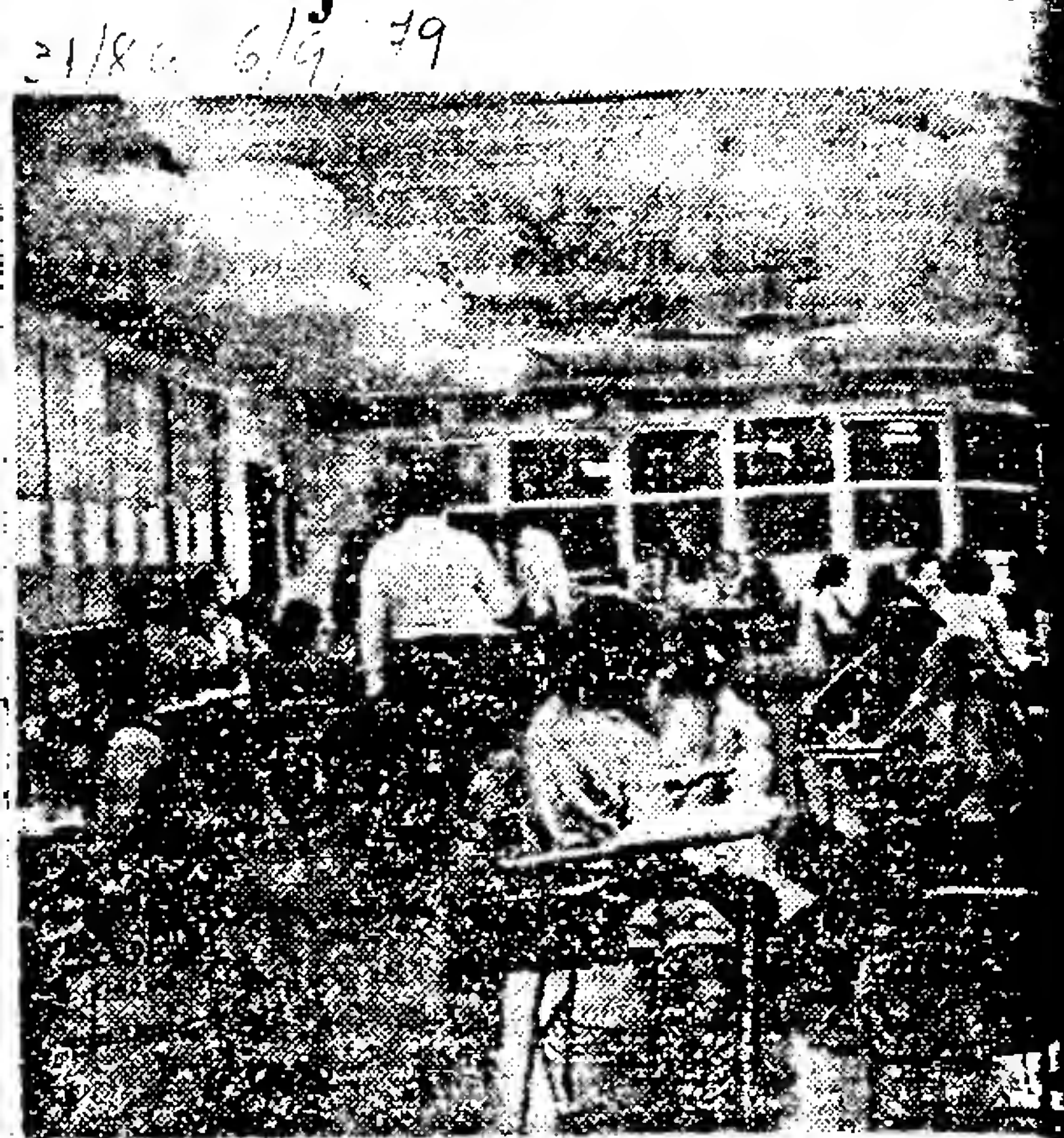
Houve uma passeata pelas ruas principais do chamado "centro velho" da cidade, mesmo que a direção do movimento não quisesse. E a passeata foi naquela base: panela, marmita, mamadeira vazia. Confidencialmente, a deputada Irma Passoni disse ter recebido uma ameaça, através de um telefonema, do diretor do DEOPS: "Se houver passeata, vamos reprimir".

Mas o Movimento Contra a Carestia não pára mesmo. Sua coordenação promete concentrar todas as forças nesses cinco itens: 1) Participar nas campanhas salariais e fundo de greve; 2) Ida a Brasília dos representantes da luta contra a carestia de todo o Brasil, na primeira quinzena de novembro; 3) Realização de um congresso estadual contra a carestia, antes da ida a Brasília; 4) Campanha nacional pelo congelamento e pela reforma agrária, através de um projeto de lei e 5) Manifestações de protestos contra todos os aumentos de preços.

(Página 10)

(DOC. INCOMPLETO)

Congresso da Mulher Metalúrgica começa hoje em São Paulo



Com o objetivo de ser um encontro onde as trabalhadoras possam discutir e encaminhar as soluções para os seus problemas, será realizado de hoje a 2 de setembro, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o I Congresso da Mulher Metalúrgica.

Desde junho o Congresso vem sendo preparado por uma Coordenação de 50 trabalhadoras metalúrgicas, em reuniões semanais na sede do Sindicato. Nessas reuniões formou-se uma comissão encarregada da concretização do Congresso. Assim, uma das tarefas desta comissão está percorrendo diariamente as portas das fábricas, convidando as companheiras e fazendo as inscrições para o encontro. Outras se encarregam da sua divulgação através da Imprensa. A diretoria do Sindicato organiza o transporte, comida, e para as mães deixarem os filhos durante o encontro.

NA PORTA DA FÁBRICA

No portão de saída da fábrica Motores Tricos Brasil, Cida e Lúcia — metalúrgicas — fazem parte da comissão de encaminhamento do Congresso — distribuem os folhetos e fazem a convocação: "Companheira, você sabia que os patrões tão querendo colocar na CLT um horário para a mulher trabalhar das 10 às 6 horas da tarde? É hora da gente se reunir e parar com esses abusos, companheira".

A companheira para, conversa com Lúcia sobre outros abusos, faz a inscrição e compromete a divulgar o Congresso para as operárias da categoria. Uma categoria que tem um total de 445 mil trabalhadores, tem 45 mil mulheres. Destas, apenas 5.600 são sindicalizadas.

Assim, a pouca participação da mulher no sindicato é um dos motivos que levou à realização do Congresso. Segundo Cida e Lúcia, "quando é convocada para a greve, ela participa, mas ela tem ainda aquela mentalidade de que cabe ao homem organizar. Então, quando a greve acaba, a mulher volta a produzir e esquece das suas reivindicações tais como: o salário igual ao do homem e melhores condições de trabalho. Além disso, neste Congresso nós pretendemos mobilizar as companheiras para participarem da campanha salarial".

Até o momento já foram feitas mais de 10 inscrições para a participação no Congresso. Os temas principais serão: "Mulher e Trabalho", "Mulher e Sindicato", "Mulher e Saúde" e "Mulher e Comunidade", onde vão ser discutidos os problemas enfrentados pela mulher metalúrgica.

"Pelas crianças, contra a poluição"

Visando principalmente o bem-estar das quase 8 mil crianças do bairro, entidades locais da Vila Carioca, como o Garsia — Grupo Artístico de Recursos Sociais do Ipiranga e Adjacências e a Paróquia de Santo Antônio, lançaram a Campanha do Verde e Lazer, que pretende atuar nas ruas, escolas e indústrias da comunidade para conscientizar sobre o perigo da deterioração do ambiente e educar para a utilização do lazer e a função do desenvolvimento da criança.

A campanha, que vem sendo preparada desde maio último, pretende ter atuação maciça no bairro, utilizando os professores nas escolas, mesmo noturnas, e os animadores de quarteirão, que desenvolverão palestras junto às famílias, em um trabalho embrionário para a formação da comunidade de base. Com relação à penetração nas indústrias, Irmã Madalena, da comissão organizadora, disse não acreditar que os industriais exerçam qualquer apoio efetivo além de algumas faixas com o nome da empresa. Há várias multinacionais na Vila Carioca, e não espera que Shell, Ultragás ou J. B. Duarte permitam em sua área palestras justamente sobre o mal que causam ao ambiente, ou alterem seu procedimento.

Embora os promotores da campanha saibam que o mal maior está nas indústrias poluidoras, acreditam que a educação do povo sobre como tratar o problema será um grande avanço para sua solução. Nesse sentido, foram plantadas árvores em todo o bairro pela Prefeitura, que terão afixadas tabuletas esclarecedoras para minimizar a ação de vandalismo. Serão ministrados cursos rápidos de jardinagem e horta caseira, além de atividades paralelas como teatro de fantoches, festas e atos litúrgicos.

A Campanha do Verde e Lazer, que terá prosseguimento até outubro, e está sendo acompanhada com atividades promovidas também por bairros vizinhos, não é exatamente pioneira na atuação sobre o problema ecológico. Segundo Irmã Madalena, há já algum tempo que a comunidade vem exercendo pressão sobre algumas indústrias, com base na legislação existente, tendo conseguido a instalação de filtros e também a paralisação do serviço noturno, de uma fábrica, devido ao barulho.

A mulher e os médicos

Ao Em Tempo,

Quando a gente quer um emprego numa fábrica, enfrenta entre testes e fichas, um exame médico.

No caso das mulheres, em geral são feitas perguntas desrespeitosas sobre menstruação e possível gravidez. Estas perguntas dão mal-estar, mas não foi mal-estar o que eu e muitas colegas sentimos na Sony, uma firma de aparelhos de som que fica na Barra Funda.

O que a gente sentiu foi humilhação raiva, indignação. Lá, tem um exame muito estranho. O médico Gláucio Gonçalves Bezerra (não ponho doutor na frente deste nome que não respeita nem sua profissão) não examina um ponto essencial para quem vai trabalhar de pé quase o dia inteiro, isto é, as varizes. Claro, não dá pra ele ver as pernas, que são a única parte do corpo da gente que fica coberta. A gente tem que ficar quase nua, abaixando as calças abaixo da xoxota e tirando blusa e soutien. Em nenhuma firma que fiz exame médico, tive que tirar calcinha e soutien e muito menos me submeter às apalpadelas em todo corpo e gracinhas espirituosas.

Já não basta tudo que a gente aguenta, ainda tem que enfrentar isto?

(N.G.S., Osasco)

Maranhão em pé de guerra

O governo fala de prioridade à política agrícola. Mas os conflitos de terra entre posseiros e grileiros continuam acirrados e em algumas regiões, com no Maranhão, a situação é de quase beligerância.

Severino Dantas, do Maranhão

Mil e quinhentos camponeses de Bom Jardim, dirigentes sindicais e vinte municípios do Estado, comitativas de trabalhadores, o Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAEMPA), bem como a imprensa local e representantes da Comissão Pastoral da Terra realizaram no mês passado, na cidade de Bom Jardim, um ato público em homenagem ao camponês FIRMINO GUERREDO DOS SANTOS, assassinado pelo grileiro Antonio Abreu.

No dia seguinte foi a vez dos 600 camponeses de João Vito, povoado de Parnarama, reunirem-se com a CONTAG e a Federação, para discutir as formas de resistência às violências cometidas pelo grileiro Eugênio de Sá Coutinho, que incluem desde batidas rotineiras pelas roças de homens armados de metralhadoras até torturas de trabalhadores. O saldo dessas manifestações foi o fortalecimento do sentimento de luta dos posseiros das duas regiões e a certeza de que não estão sós em sua resistência ao arbítrio dos que se consideram os donos da terra.

Essas reuniões de trabalhadores rurais adquirem um significado particular, pois podem indicar o início de uma ação coordenada a nível local, estadual e nacional para impedir a generalização do clima de terror instaurado por grileiros acobertados pela polícia, Exército, juizes, prefeitos, políticos e autoridades estaduais em, pelo menos, dez municípios do Maranhão: Barra do Corda, Bom Jardim, Coroatá, Esperantinópolis, Imperatriz, Parnarama, Governador Eugênio Barros, Porto Franco, Santa Luzia e Timbiras.

Os desdobramentos dessa ação até agora consistiram no encaminhamento de denúncias ao Presidente Figueiredo, ao Ministro da Agricultura e ao governador do Estado do Maranhão e em uma audiência com o Secretário Geral do Ministério da Justiça, Walter Costa Porto, na qual o Presidente da CONTAG entregou um dossiê dos casos mais graves ocorridos naquele Estado. Neste documento a CONTAG caracteriza a situação no Maranhão como de "verdadeira beligerância", chamando a atenção para "uma estranha e não compreensível cobertura e/ou participação de autoridades", entre as quais, militares do 50º Batalhão de Infantaria da Selva, na ação dos grileiros. Há, ainda, segundo o documento, uma tentativa evidente de "intimidação à ação sindical, com o objetivo de desmoralizar e tolher a atuação dos legítimos órgãos de defesa da classe, mediante a pressão, intimidação e perseguição contra a liderança e trabalhadores sindicalizados".

Uma chacina iminente

Em Santa Luzia, considerado o maior caso de grilagem do Estado, a situação talvez seja a mais grave. Apesar de toda a resistência que vêm conseguindo opor aos grileiros, cerca de 5 mil posseiros não puderam botar suas roças este ano, em função das violências a que estão sendo submetidos. É isso que afirma Honorato Santana de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município, para quem é iminente uma chacina na região.

Com serenidade de alguém habituado aos enfrentamentos com os poderosos, Honorato fala das investidas contra os companheiros e das ameaças que vem sofrendo pessoalmente. "Zezé", de Imperatriz, e João Vicente, irmãos dos grileiros Antonio e José Vicente, são os pistoleiros profissionais com os quais Honorato é obrigado a conviver dia e noite rondando a sua casa, destelhando seu teto e o espreitando pelas ruas de Santa Luzia.

Os companheiros se revezam para lhe dar proteção, temendo que ele venha a ter o mesmo fim que João Palmeira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz, assassinado em 1975, por jagunços dos grileiros. E é exatamente essa manifestação de solidariedade que permite a Honorato continuar dizendo não ao juiz que lhe pede que convença os posseiros da Fazenda FREIXAL a desistirem de bloquear os serviços de demarcação dos 25 mil hectares de terra grilados; que continue encorajando o trabalho dos delegados sindicais e a luta do povo; e que não se intimide de ir a São Luís fazer denúncias e exigir providências e, até mesmo, de ir a Brasília para, junto com a CONTAG e a Federação, fazer ver ao Ministro Petrônio Portela que é preciso dar um basta à sanha dos grileiros de Santa Luzia.

Embora os irmãos Vicente patrocinem a perseguição a Honorato, haveria indicações de que, por detrás dessa empreitada macabra, estariam os grandes grileiros da região, acobertados por conhecidos políticos maranhenses.

Resta saber, agora, o que fará o governo diante de todas essas evidências. No que depender dos trabalhadores, eles continuarão se organizando para defender seus direitos à vida e ao trabalho.

Eis aqui a situação no Estado a partir de um levantamento elaborado pela CONTAG.

Bom jardim

Na noite do último dia 6 de agosto um trabalhador rural, Firmino Guerreiro dos Santos, foi assassinado, e outro, Basílio Paulo Batista de Araújo, foi ferido pelo grileiro Antonio Abreu.

Parnarama

Eugênio de Sá Coutinho e seu filho, Ferdinando de Araújo Coutinho, disseminam o terror no município, praticando violências contra todos os que se recusam a atender suas exigências absurdas.

Nas localidades de Bacaba, Baixão Grande, Barro Preto, Brejelona, Centro dos Ferreiras, Guanandi, João Vito, Santa Clara, Santo Antônio, São Raimundo e Traguá, vivem cerca de 600 famílias de agricultores, num total de aproximadamente 3 mil pessoas, que ocupavam posses mansa e pacificamente sem reconhecimento do domínio alheio.

Coroatá

Desde abril de 1977 que as famílias de Alto Alegre, que inclui 14 povoados, além do grande povoado de Alto Alegre, onde residem 4.500 pessoas, vêm sofrendo todo tipo de ameaças e violências do fazendeiro Antonio Carlos de Castro Maranhão, diretor superintendente da Companhia Cachucha e Pastoral, que se diz dono de mais de 13 mil e 500 hectares. Os moradores estão proibidos de quebrar babaçu e o fazendeiro quer impor-lhes contratos de arrendamento ilegais. Os despejos se sucedem, quase sempre acompanhados de violência: destruição com trator ou queima de roças e casas, prisões ilegais e com o auxílio da polícia de São Mateus, Livramento e Coroatá.

Esperantinópolis

316 famílias dos povoados de São Raimundo, Jatobá, Lagoa Nova e Centro do Aureliano estão ameaçadas de perder suas terras para o grileiro Doca Bezerra, que se diz dono delas, sobre as quais

está querendo usucapião, com a conivência de advogado do INCRA.

Governador Eugênio de Barros

No último mês de outubro, um Coronel do Exército, Germano de Andrade Fontes, ameaçou 300 posseiros de recorrer ao Exército e à Polícia, caso insistissem em continuar plantando na terra que ele diz ser de sua propriedade. A ameaça está contida numa carta enviada ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Eugênio de Barros.

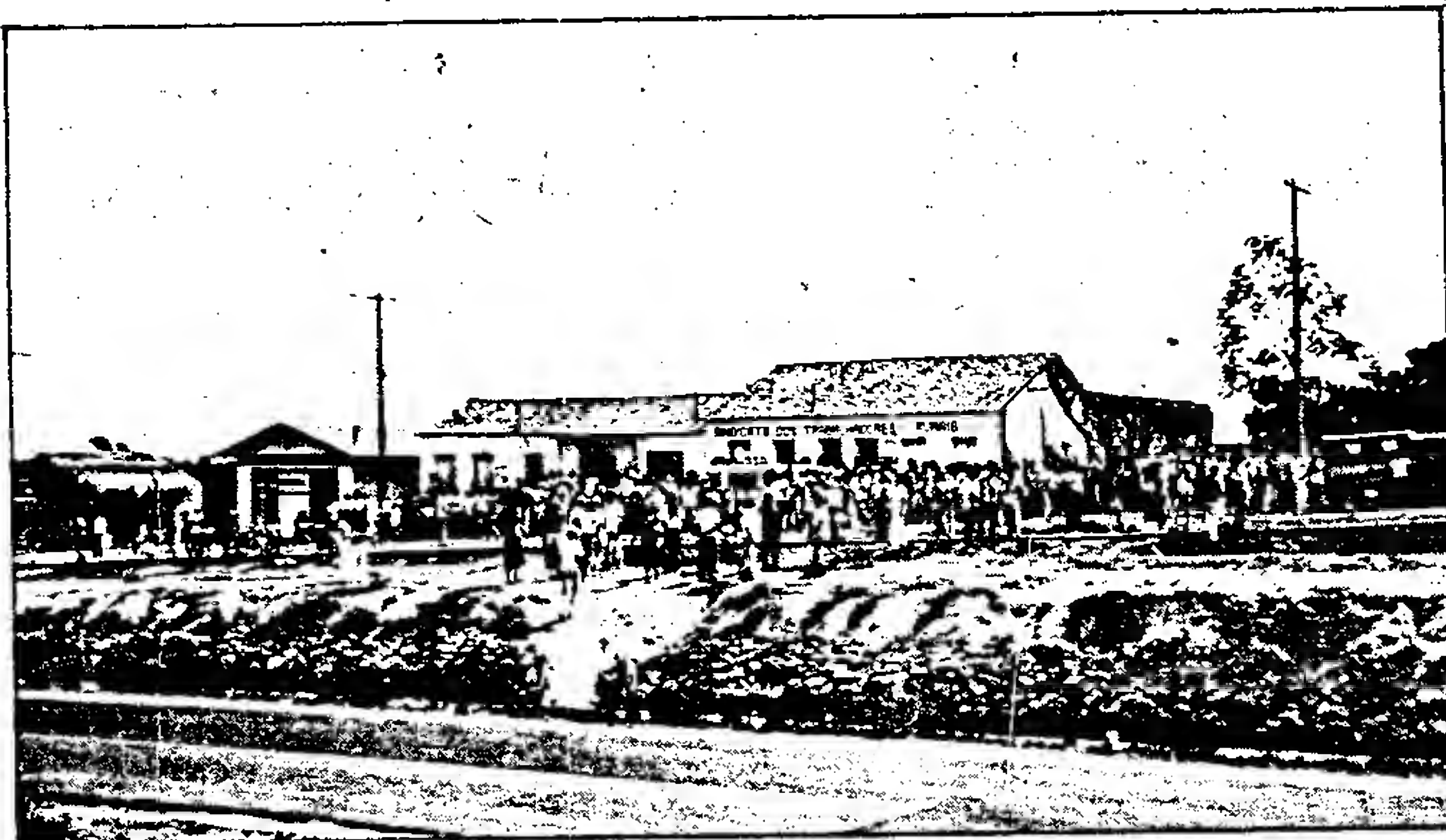
Porto Franco

No último dia 23 de julho, 15 posseiros foram presos pela polícia que os fez desfilar pelas ruas da cidade. Levados de volta ao povoado onde residem,

esses posseiros assistiram a polícia saquear suas casas e levar tudo que lhes pertencia. No dia seguinte, a polícia voltou com o suposto proprietário das terras onde residem os posseiros e derrubou todas as casas, voltando no outro dia para incendiar o que havia sobrado.

Timbiras

O prefeito do município, Sr. José Maria Frazão de Melo e Alvim, no dia 22 de janeiro de 1979, mandou desapropriar 6 posseiros (56 pessoas) que viviam na terra desde 1954, sem qualquer tipo de contestação e sem pagar qualquer renda, cultivando lavouras permanentes e temporárias, para passá-las, segundo o Sindicato, a pessoas de fora do Estado



Posseiros se reúnem, em Bom Jardim em protesto pela morte de um companheiros



Um grileiro na presidência da Arena

O próprio José Sarney, senador e Presidente da Arena, é um dos maiores envolvidos diretos nas violências contra os posseiros do Maranhão.

300 hectares serve de base à pretensão dos grileiros à posse de uma área de 5.744 hectares, requerida à COMARCO. Posteriormente houve negociações com as terras devolutas do estado, tendo o mencionado Salomão cedido os seus «direitos sobre as terras em questão ao senador José Sarney

A tortura como método

Os agricultores têm resistido à grilagem desde que ela foi iniciada por José Salomão. Os posseiros recorreram aos meios legais disponíveis, provando a sua posse, e reivindicando os seus direitos com abaixo-assinados, apelos ao sindicato, ao Ministério da Justiça, e à Presidência da República. Duas vezes tentaram impedir em conjunto o avanço ilegal da fazenda, derrubando, em 1973, 600 metros de cerca e impedindo, em 1975, a abertura de uma estrada que atravessaria suas roças. A reação dos grileiros tem sido violenta, com perseguições policiais, prisões, ameaças com capangas, tentativas de emboscadas para matar o líder dos agricultores, o lavrador Vicente Herminio.

Finalmente, em setembro de 1977, alguns dias depois de ter sido reafirmado pelo ex-governador Nunes Freire, na CPI de problemas fundiários da Câmara Federal, a ilegalidade da ocupação dessas terras por parte de Sarney, os posseiros derrubaram 13 quilômetros de cercas, numa ação que se estendeu por dois dias. A essa derrubada — que se contrapunha à violência do cercamento dos povoados que punha em cheque a própria sobrevivência dos posseiros e suas famílias — seguiu-se a mais brutal repressão. Apesar das contradições existentes entre Sarney e Nunes Freire, este último — que, aliás, é acusado pelo

primeiro de ser, por sua vez, grileiro das terras de Pau Deitado e Uguará, bem como de terras da reserva dos índios guajajaras — não impediu que a polícia estadual submetesse os posseiros a torturas e espancamentos. Assim, segundo denúncias publicada pelo JB em 11/10/77, alguns lavradores tiveram unhas e cabelos arrancados e foram submetidos a choques elétricos e espancamentos com coronha de fuzil entre outras violências.

Esses fatos se desdobraram em uma sucessão de episódios relacionados com a luta que se trava entre Sarney e Nunes Freire. Assim, o ex-governador demitiu logo depois desses acontecimentos o secretário de segurança responsável pelo inquérito em que ocorrem violências contra os posseiros e que havia revelado à imprensa que um assessor de Nunes Freire teria autorizado a destruição das cercas da chamada Fazenda Maguary, apresentando-se para tanto como porta-voz autorizado do governo estadual.

Depois de um segundo inquérito que concluiu pela inocência do assessor de Nunes Freire, Sarney revidou, obtendo do ministro da justiça a abertura de um terceiro inquérito, desta vez realizado pela Polícia Federal. Este chegou à insólita conclusão de que, apesar de terem havido efetivamente violências contra os posseiros, estas não invalidavam os resultados do primeiro inquérito, que poderia ser enviado à Justiça, incriminando posseiros e o já então ex-assessor de Nunes Freire.

Finalmente a situação evoluiu num sentido favorável aos posseiros, com a iniciativa do governo do Estado de propor uma ação discriminatória de terras devolutas de domínio público, inclusive as terras pretendidas por Sarney. Na petição inicial a Procuradoria Geral do Estado do Maranhão evidenciava o caráter ilícito da ocupação realizada por Sarney e a tentativa de esbulho dos direitos dos legítimos posseiros, os pequenos agricultores dos povoados localizados nessa área.



O secretário geral da CONTAG, Francisco de Araújo, fala aos posseiros de Parnarama.

Ação dos grileiros que se estende há mais de uma década por todo o Estado têm-se caracterizado por suas implicações ao nível da política estadual, refletindo-se as disputas pelo poder local no favorecimento ou na criação de eventuais obstáculos à ação de um ou outro grupo de grileiros.

O senador, atual presidente da Arena e ex-governador José Sarney é um dos maiores grileiros do município de Santa Luzia, pretendendo ocupar ilicitamente as terras onde se encontram as lavouras e as casas dos moradores de Centro do Senador, Boa Esperança, Centro do Roque, Boa Vista, Sete Barracas, Abundância, Centro do Amâncio, São Raimundo, Igarapé do Coco, Brejo das Pacas e Santo Antônio dos Pelados, com mais de 700 famílias.

A origem dessa grilagem — chamada por seus autores de «Fazenda Maguary» — foi um aforamento de uma área de 300 hectares concedidos pela prefeitura municipal de Santa Luzia ao industrial e comerciante José Ribeiro Salomão. Este aforamento ocorreu no período do governo de José Sarney, cuja campanha eleitoral Salomão ajudou a financiar, o que vem de encontro às acusações do deputado Epitácio Cafeteira (MDB-MA), segundo as quais Salomão teria agido como testa de ferro de Sarney. Tal aforamento é irremediavelmente nulo, pois a prefeitura aforou terras estaduais que não lhe pertenciam. Por outro lado esse aforamento original de

I Congresso

Mulher Metalúrgica

Combatividade supera paternalismo

No I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, mais de 159 trabalhadores discutiram sobre suas reivindicações, fizeram denúncias contundentes e prepararam formas organizatórias para as lutas futuras.

Por Elisabete Souza-Lobo, Antonina Silveira e Rosa Moisés

De 31 de agosto a 2 de setembro as metalúrgicas de São Paulo realizaram seu congresso. E já na sessão de abertura, com a presença de David Gongora, ex-presos político e de representantes metalúrgicas de Minas, Rio e São Bernardo se manifestaram por "uma anistia ampla, geral e irrestrita e por uma sociedade mais justa". "Estamos aqui pra levantar a cabeça, pra aprender o que é o ser humano, o que é a vida, o que é o sindicato, o patrão, as leis", disse Francisca, metalúrgica.

As mulheres metalúrgicas são 70.000 em S. Paulo. Apenas 4.800 são sindicalizadas. Dessas, 150 participaram do I Congresso.

Entre as metalúrgicas participantes a maioria é solteira, metade está sindicalizada há menos de 1 ano e 12% delas se sindicalizaram para o Congresso. Os dados configuram a dificuldade de participação das operárias casadas e a mobilização recente que o Congresso veio acelerar.

Outros problemas específicos das mulheres da categoria apareceram: a desvalorização da mão-de-obra feminina - 86,7% ganham até 3 salários mínimos; sua rotatividade - 63% tem entre 1/2 e 2 anos na categoria, mas apenas 22,6% tem entre 1/2 e 1 ano no atual emprego.

Um objetivo: vencer o medo e organizar a luta

Sábado e domingo as metalúrgicas discutiram os temas propostos: Mulher e sociedade, mulher e trabalho, mulher e saúde e mulher e sindicato e denunciaram em depoimentos muitas vezes patéticos sua situação de exploradas, porque trabalhadoras, e oprimidas, porque mulheres. Se as vezes foi difícil discutir Mulher e Sociedade porque, como disse uma metalúrgica "o nosso mundo é uma fábrica" todas tem bem claro as causas da sua exclusão social. E a pergunta que alguém colocou: "será que ser mulher é uma desgraça"? tentaram dar uma resposta: "chega de choramingar, vamos fazer o tempo para participar".

Joaquim e a rainha Rainha

Quando as congressistas analisaram sua pouca participação no sindicato, o presidente Joaquim tratou de prevenir críticas e fez mea culpa pelo desinteresse do sindicato em relação as reivindicações das mulheres, reconhecendo a crescente participação feminina na política mundial e citando como exemplo: Elisabeth, rainha da Inglaterra.

Nem a rainha salvou Joaquim: as críticas vieram: ao sindicato atrelado, a discriminação que sofrem as mulheres solteiras que não tem direito a indicar dependentes, o desencanto das mulheres recrutadas durante a greve e que não puderam votar na Assembléia porque não eram sócias, quando se sabe que muitas não se associam por medo de perder o emprego.

Paternalismo X Combatividade

Frente às críticas reapareceu o velho e caduco discurso paternalista, invocando: "o sindicato é o nosso pai" e as façanhas de Joaquim, "defensor dos trabalhadores". Boa fé e ingenuidade se misturaram com o ranço do peleguismo. Mas a resposta foi firme e unitária: "o sindicato é nosso e tem que levar nossas lutas até as últimas consequências".

Na opinião de algumas participantes a falha principal desse I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo foi a não inclusão das questões gerais da categoria na pauta de discussão e a proibição à entrada de homens (apesar da presença de muitos técnicos e diretores do sindicato). O principal mérito foi a mobilização e conscientização de boa parcela das metalúrgicas para suas questões específicas e para questões gerais que afloraram inúmeras vezes nas discussões e, o encaminhamento de formas de organização para as lutas futuras.

Entre as denúncias, curetagem a frio

Inúmeras foram as denúncias levantadas durante o I Congresso. As mais graves dizem respeito às condições de saúde e de trabalho a que estão submetidas as trabalhadoras. O desrespeito às determinações da CLT é flagrante no caso do trabalho feminino. A discriminação salarial em relação aos homens foi o fato mais duramente criticado pelas congressistas. De acordo com dados do DIEESE apresentados durante o Congresso, 83% das metalúrgicas ganham mensalmente até 3 salários mínimos, enquanto que entre os homens essa porcentagem cai para 51%. O salário médio do homem é de Cr\$ 8.300,00 (Cr\$ 34,60 p/hora), enquanto o das mulheres é de Cr\$ 4.800,00 (Cr\$ 20,00 p/hora). Isto significa que o salário do homem metalúrgico é 73% maior que o da metalúrgica. O que ocorre normalmente é que as mulheres são admitidas como ajudantes gerais ou auxiliares mas acabam desempenhando funções especializadas sem no entanto obter o registro dessas funções na carteira profissional, ganhando portanto de acordo com o registro inicial. É muito difícil uma mulher conseguir uma promoção, mesmo que realize na prática uma função especializada e a elas são, quase sempre, vedados os cargos de chefia. Como se ouviu muitas vezes durante o Congresso, "mulher nasce ajudante geral e morre ajudante geral".

Uma das causas da enorme diferença de homens e mulheres na categoria se deve à ausência de formação profissional das mulheres. O acesso a cursos profissionalizantes é extremamente difícil. De um lado, porque esses cursos exigem da mulher um tempo adicional que nem sempre elas dispõem, principalmente as casadas; e de outro, porque as escolas profissionais oferecem um número limitado de vagas às mulheres, não são estruturadas levando em conta as necessidades das mulheres e não dispõem nem mesmo de instalações sanitárias adequadas a elas. Além disso, quando se profissionalizam, dificilmente as mulheres conseguem ocupar funções e obter remuneração condizentes com sua formação.

Conforme o depoimento de inúmeras congressistas, as trabalhadoras ainda recebem um tratamento indigno e desigual por parte dos chefes, o que não acontece com os homens que costumam reagir. É comum a exigência de apresentação de provas, a cada mês, da não-gravidez da trabalhadora, o controle do número de idas ao banheiro, a falta de instalações sanitárias adequadas e até mesmo a colocação de produtos químicos nos banheiros, que causam intensa irritação nos olhos, para impedir a permanência e a ida das trabalhadoras a eles.



Mais de 150 metalúrgicas participaram

Quanto aos problemas mais gerais foi denunciada a discriminação sofrida pela mulher, que tem início na educação diferenciada dada a meninos e meninas, segundo a qual a ela cabe um papel secundário e subsidiário na família, no trabalho, dentro do sindicato. A dupla jornada de trabalho foi apontada como uma das principais causas da pouca participação política da mulher, a nível geral e ao nível do sindicato, pois a obriga a enfrentar o cuidado da casa e dos filhos sozinho, com uma participação quase nula dos maridos nas tarefas domésticas. A ausência de creches e berçários nos bairros e empresas, apesar da CLT, a ausência de equipamentos como restaurantes e lavanderias coletivos acarreta um trabalho adicional exclusivamente da competência da mulher.

Além disso, em muitos casos há exigência de que a mulher execute dentro das fábricas tarefas não diretamente ligadas à produção como a faxina do local de trabalho o que representa um trabalho adicional: "Além da produção e do trabalho doméstico a gente tem que limpar a seção depois do trabalho, não é mais dupla jornada, é tripla".

Os relatórios das médicas Albertina Duarte e Júlia Rolano puseram em evidência as péssimas condições de saúde das trabalhadoras provocadas pelo salário de fome, a sobrecarga de trabalho, horas a fio sem interrupção na linha de montagem, a insalubridade, a intoxicação por elementos químicos sem falar nas mutilações provocadas pelo desprezo total com a segurança da trabalhadora.

As metalúrgicas denunciaram os convênios médicos só preocupados com lucros e a discriminação que sofrem quando grávidas, obrigadas a dissimular a gravidez para não perder o emprego, submetidas a trabalhos pesados, sem direito a assistência médica e depois do parto, impossibilitadas de amamentar seus filhos porque não tem berçário nas fábricas.

E, como se não fosse suficiente, os serviços ginecológicos dos hospitais como o Hospital das Clínicas ainda punem a mulher que abortou negando-lhe anestesia na curetagem. A hipocrisia do governo obriga a mulher a ter filhos sem lhe dar condições mínimas de vida e se completa com o programa de gravidez de alto risco que distribui anti-concepcional às mulheres sem o controle médico imprescindível.

Departamento Feminino, só em assembléia geral

A grande questão do congresso foi a discussão da oportunidade da criação de um Departamento Feminino, tema que prolongou o debate até quase às 19 hs, quando diplomas e rosas foram usados para dar um "toque feminino" ao encerramento do congresso.

As discussões dos grupos e as conclusões a que chegaram atestam não apenas a consciência das mulheres acerca de suas necessidades específicas como a importância que atribuem a que sua luta seja assumida pelo conjunto da categoria. Inicialmente debateram sua visão de sindicato e a pouco expressiva participação feminina na vida sindical. Para as mulheres, o sindicato é um órgão de luta da categoria não lhe cabendo assumir tarefas assistenciais que dizem respeito ao Estado. Como disse uma metalúrgica: "num primeiro momento parece bom ter médico, mas isso desvia o sindicato de seu papel que é o de organizar a nossa luta. Quem tem que dar assistência é o governo".

A ativação da vida sindical feminina, encontra obstáculo em antigos

preconceitos de que sindicato é lugar de homem, na resistência que os homens apresentam à participação de suas mulheres, no medo generalizado de perda de emprego e em anteriores encaminhamentos dados pelo sindicato, como na campanha salarial do ano passado, quando foi proibida a participação de não sindicalizados.

Outros obstáculos são a dupla jornada, a distância e dificuldades dos transportes, mas principalmente, o "interesse da sociedade em que a mulher não seja ativa, que não participe".

A questão da criação de um Departamento Feminino no Sindicato tornou mais acalorada a discussão. As opiniões se dividiram entre as que consideravam que uma assembléia feminina devia aprová-lo e as que lutavam por sua aprovação em uma assembléia geral da categoria (proposta vitoriosa), onde não apenas o Departamento fosse aprovado mas as reivindicações específicas das mulheres fossem amplamente debatidas e assumidas também pelos homens. Como diz a Lur-

des, da coordenação, "creche não é uma luta só da mulher, é do homem também, só que eles não assumem". As opiniões se dividiram também em torno à proposta de uma comissão fechada ou uma comissão aberta (proposta vitoriosa) para encaminhar as resoluções do congresso. Entendiam as defensoras da proposta aprovada que a criação de um Departamento Feminino só fará sentido se passar por ampla discussão nas bases aglutinando o maior número possível de mulheres em torno da luta sindical.

A questão da importância da participação feminina na campanha salarial esteve presente em quase todos os grupos. Desta vez as reivindicações específicas das mulheres deverão fazer parte do elenco das reivindicações da categoria.

Uma comissão aberta, que se reunirá no próximo domingo, dia 9, deverá encaminhar as resoluções do congresso, inclusive a criação do Departamento Feminino e organizar a Assembléia Geral da Categoria onde esse departamento será aprovado.

«Papai Joaquim
já foi o tal».
Ou ainda é?





A criação de um departamento feminino dentro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi a medida prioritária tomada pelas mulheres metalúrgicas durante o seu primeiro congresso realizado no final da semana.

A finalidade desse departamento será incentivar a participação e a mobilização da mulher na vida sindical; organizá-las em torno de suas lutas específicas chamando a atenção de todos os trabalhadores; e realizar simpósios, congressos e seminários da mulher metalúrgica.

No Congresso, as mulheres metalúrgicas denunciaram a alta rotatividade, a total ausência da garantia de emprego, os baixos salários, a dupla jornada de trabalho (na empresa e na vida doméstica). E elas pedem: salários iguais para trabalhos iguais, estabilidade no emprego a partir do primeiro dia de trabalho, creche e jardim de infância nas fábricas e nos bairros com condução para levar as mães para amamentar, diminuição da jornada de trabalho para 40 horas semanais, fim das horas-extras, férias em dobro, o livre exercício da

profissão para a qual está qualificada e devida remuneração pela função que exerce, entre outras.

Mas a maior denúncia está relacionada com as "cantadas". Uma das metalúrgicas situou melhor o problema: "Tem uma coitada que faz programa com os chefes de medo de ser mandada embora. Eu tenho amigas que os chefes já mandaram abortar filhos deles. Eu, eles respeitam porque sou casada e também porque eu ando muito mal arrumada".

(Página 6)



A mulher metalúrgica se organiza

O I Congresso das Mulheres Metalúrgicas de São Paulo que aconteceu neste final de semana, dentre várias outras decisões, tratou com prioridade básica a criação de um Departamento Feminino dentro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Este Departamento terá como proposta principal incentivar a participação e mobilização da mulher na vida sindical; organizar as mulheres em torno de suas lutas específicas, chamando a atenção de todos os

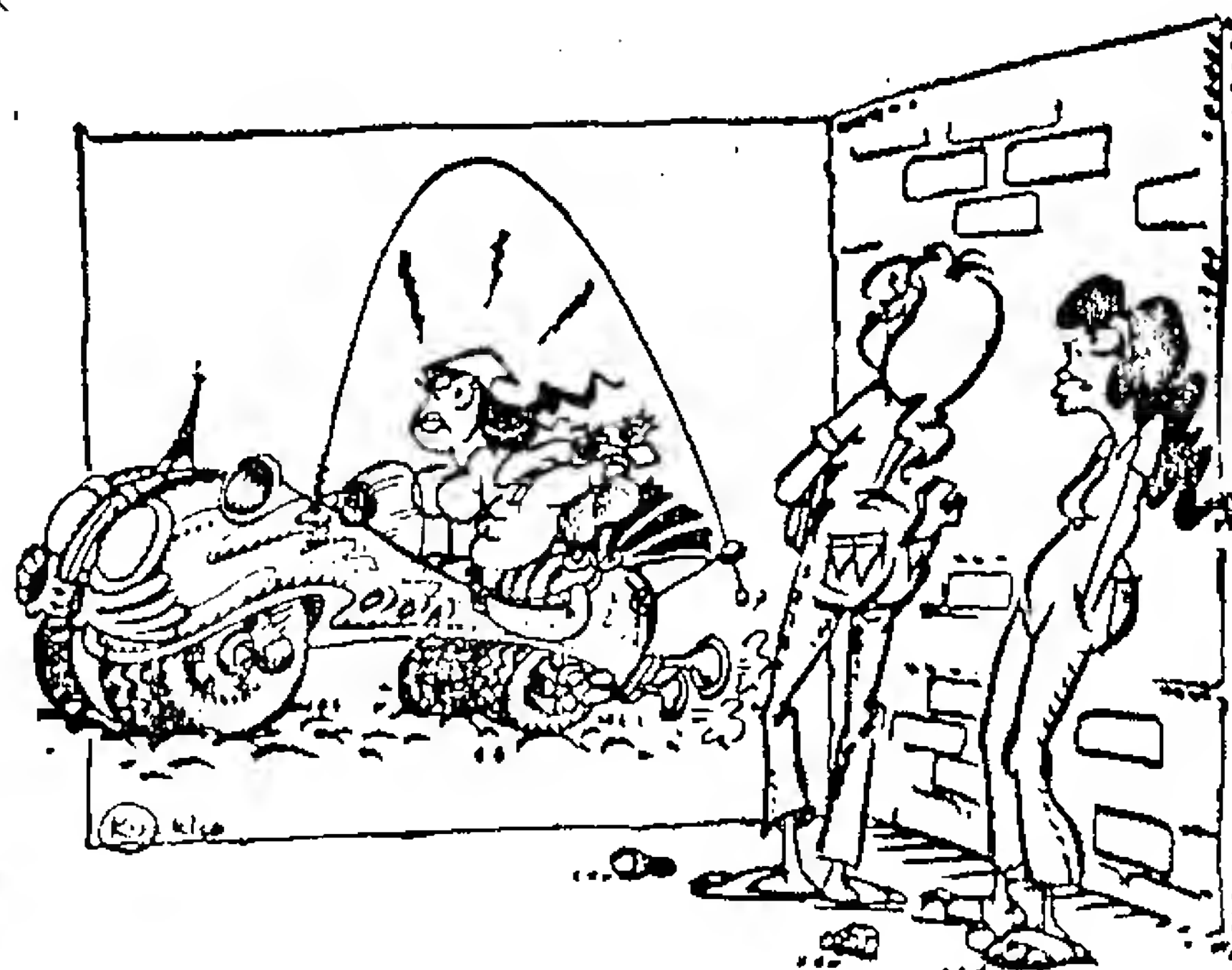
trabalhadores para estas lutas e realizar simpósios, congressos e seminários da mulher metalúrgica. Para a aprovação do Departamento Feminino ficou aprovada a proposta para que seja realizada uma assembleia geral da categoria. Assim todas as congressistas passaram a ser membros natos do Departamento, e no sábado (domingo) foi eleita uma comissão para o encaminhamento das demais resoluções do Congresso e organização da assembleia geral.

A alta rotatividade, a total ausência da garantia de emprego, os baixos salários; a dupla jornada de trabalho (na empresa e na vida doméstica) são alguns dos muitos problemas que as mulheres denunciaram no Congresso. Nesse sentido as reivindicações das mulheres ampliam-se e elas pedem: salários iguais para trabalhos iguais; estabilidade no emprego a partir do primeiro dia de trabalho; creche e jardim de infância nas fábricas e nos bairros com condução para levar as mães para amamentar; diminuição da jornada de trabalho para 40 horas semanais; fim das horas extras; férias pagas em dobro; o livre exercício da

profissão para a qual está qualificada e devida remuneração pela função que exerce; aceitação do atestado médico fornecido pelo sindicato; os membros das CIPAs devem ser eleitos pelos trabalhadores; abono para faltas ou atrasos da mulher que levar os seus filhos ao médico; aposentadoria aos 25 anos de trabalho, continuando a ganhar o mesmo salário quando na ativa e que seus salários acompanhem os reajustes da categoria, e repúdio à lei que permite o trabalho noturno da mulher.

Dentro do item de Saúde a reivindicação das mulheres não deixa de ser significativa. Dentre as várias reivindicações

encontram-se tópicos como a proteção à mulher grávida e aumento do tempo de licença maternidade de três meses para seis meses, sendo um mês antes do parto e os outros cinco depois, assistência



tência médica pré-natal a partir do primeiro mês de gravidez e garantia de emprego e estabilidade à trabalhadora gestante. Foi também aprovado um repúdio ao controle da natalidade através da distribuição indiscriminada de pílulas. Repudiaram também os socorros prestados pelos prontos-socorros quanto ao problema do aborto e além disso pedem a assistência médica efetiva e isenta dos interesses patronais.

HOMENS RECEBEM 73 POR CENTO A MAIS

Nos trabalhos desenvolvidos sobre o tema Mulher e Sociedade um depoimento significativo foi o de Annez Andraus, so-

cióloga do setor de planejamento familiar, falou sobre a desigualdade salarial entre a mulher e o homem. "Comparando os salários de uma mulher ganhadora com o de um homem, encontramos uma diferença de Cr\$ 34,60. Isso significa que a mulher recebe 73 por cento do que o homem recebe. Isso mostra que a mulher recebe menos salários e menos salários nos cargos mais altos. Sendo assim, vamos lutar por uma igualdade salarial e maior participação da mulher na sociedade. — conclusão.

(Tereza C...

“Arena usa Febem para fins políticos”, diz voluntária

O espancamento de menores, a convivência de infratores primários com reincidentes nas mesmas unidades, o despreparo dos responsáveis pelos menores e a utilização da Febem como máquina política da Arena (os cargos estão sendo preenchidos por delegados do partido e seus parentes) foram as principais denúncias apresentadas, ontem, na CIEI - Comissão Especial de Inquérito - da Assembleia Legislativa que investiga o problema do menor.

O pronunciamento que causou maior impacto nos deputados foi o de Lia Junqueira, voluntária no atendimento ao menor da Febem. Prestou depoimento também a ex-secretária municipal do Bem-Estar Social, Leopoldina Saraiva. Outro convidado, o juiz de Menores da Capital, Nilton Silveira, não compareceu.

Para Lia Junqueira, a Febem está numa situação caótica, apesar das vultosas verbas que recebe. “Segundo informações do próprio secretário da Promoção Social, disse Lia, cada menor custa, à Febem, mensalmente, Cr\$ 28 mil”. Com esse dinheiro, comentou a voluntária, uma família com 4 ou 5 filhos poderia pagar um apartamento na rua Augusta, e contratar uma babá para cuidar das crianças.

“Apesar de toda essa verba, os menores são jogados na Febem sem a menor dignidade humana. A mãe que entrega 5 ou 6 filhos na Febem pode ter a certeza de que esses irmãos jamais se encontrarão, pois ficarão em unidades diferentes. A Febem espalha as crianças a seu bel-prazer”.

ESPANCAMENTOS

Lia Junqueira ainda fez um relato simples do que vem acontecendo em algumas unidades da Febem. Na UT-1 (Unidade de Triagem), segundo informou, onde estão crianças de até 6 anos, há atualmente 560 menores, com um assistente para atender a 20 crianças. Até mesmo os cuidados mínimos com as crianças são feitos de forma precária, pela falta de funcionários. As crianças nunca tomam sol.

“Uma criança que entra no Sampaio Viana com pouca idade e saía aos 18 anos, nem trombadinha vai ser, pois não tem o mínimo estímulo, nem ao menos para chorar. Se a gente concluir que a Febem está formando idiotas, isto é a pura verdade”.

Na UT-2, onde são internadas crianças de 6 a 14 anos, os menores não têm qualquer contato pessoal e, segundo Lia, só recebem ordens coletivas. Na UT-3, para menores de 14 a 18 anos, eles são amontoados sem o menor critério, os infratores primários e os reincidentes.

“Na UT-3 o espancamento é terrível. Há cerca de 2 semanas, 22 menores estavam trancados num cubículo e traziam sinais visíveis de espancamento. O menor O. V. estava muito espancado, com um dos olhos afundado. Comuniquei isto ao presidente desta CIEI e ao Juiz de Menores da Capital. A única providência do juiz foi comunicar o fato ao próprio presidente da Febem. De concreto, nada foi feito”.

POLITICAGEM

Segundo Lia Junqueira, outro grave problema da Febem é a falta de critério para a seleção de funcionários. Os mais graduados, inclusive, são em geral dele-



Lia Junqueira fez acusações à Febem.



A ex-secretária Leopoldina Saraiva.

gadões da Arena e seus parentes. O diretor técnico da Febem, Haroldo Ferreira, segundo revelou Lia, sempre foi delegado de polícia, sem qualquer preparo para lidar com o menor. Os inspetores de alunos, que teoricamente deveriam ter qualificação para lidar com as crianças, são selecionados segundo altura, estrutura física, e é dada preferência aos que sabem judô e caratê, “evidentemente, para garantir a ordem dentro das unidades e evitar fugas, sem preocupação com o bem-estar do menor”.

Lia Junqueira revelou ainda que um advogado está recebendo Cr\$ 40 mil por mês por ser diretor da Banda da Febem. Pelo que se sabe, nem ao menos de música ele entende.

A ex-secretária do Bem-Social, Leopoldina Saraiva, por sua vez, defendeu, entre outras coisas, um programa de atendimento prioritário ao menor de 0 a 6 anos, pois os problemas nesta faixa etária, segundo afirmou, “deixam marcas indelévels”. De qualquer forma, Leopoldina reivindicou maior justiça social como ponto básico para a eficiência de qualquer programa. “sem a qual nós continuaremos dando cabeçadas”.

No próximo dia 21, a Comissão Especial de Inquérito, presidida pelo deputado Almir Pazzianotto, vai ouvir os ex-presidentes da Febem e, no dia 1.º de outubro, o atual presidente, Antônio Luis Machado de Souza.

As mulheres e o socialismo

Charles Sowerwine

Por que, depois de incios tão prometedores, a aliança entre o socialismo e o feminismo fracassou? Esta é a pergunta que Sowerwine procura responder em seu livro *As mulheres e o Socialismo*, que *Cahiers du Féminisme* resenhou, em seu nº 8.

As mulheres e o Socialismo, livro recentemente editado na França, de autoria do historiador americano Charles Sowerwine, abarca o período das lutas que se desenrolaram no primeiro congresso operário em 1879, e termina com a primeira grande greve política se caracterizando pelo movimento do movimento operário em 1884, e a formação dos partidos operários.

Um começo

No congresso operário de 1879, em 1879, foi aprovada a igualdade da igualdade das mulheres e a intervenção da mulher. Hubertine Auclert. Apesar de não ser operária, Hubertine procurou neste congresso as forças necessárias para reivindicar o direito de voto para as mulheres. Apesar de não ser operária, Hubertine procurou neste congresso as forças necessárias para reivindicar o direito de voto para as mulheres. Apesar de não ser operária, Hubertine procurou neste congresso as forças necessárias para reivindicar o direito de voto para as mulheres.

De fato, o congresso foram integradas as reivindicações femininas quanto ao direito ao voto e ao trabalho. Além disso, também o direito de as mulheres participarem de todas as atividades do movimento operário. «os homens admiram as mulheres em suas reuniões, em seus estudos, comitês eleitorais, onde terão voz deliberativa».

Em seguida, outros tomam a defesa dos direitos da mulher no seio do movimento operário. Leonie Rouzade (1839/1922), em particular, uma antiga operária de infância, casada com um um cearense, não poupará esforços em ajudar as mulheres para a luta do proletariado. Cria com o concurso de outras a União das Mulheres insistindo na luta social da maternidade: «que tempo que a sociedade se encarregue das crianças». Há um confronto com o grupo dos partidários de Jules Guesde (1845/1922), os guesdistas — que representavam a corrente marxista no movimento operário francês quando Jules Guesde volta do exílio, ele se pronuncia em 1876, em favor do trabalho das mulheres; porém, os guesdistas denunciavam qualquer luta parcial que poderia alimentar ilusões sobre a reforma possível da sociedade capitalista e apontavam a revolução como o caminho da libertação da mulher.

Somente a revolução social poderia procurar a igualdade dos sexos

Entretanto, no congresso de Havre, em novembro de 1880 — congresso que marcou a cisão entre o grupo dos chamados mutualistas e os coletivistas, foi adotada uma resolução de compromisso pelos coletivistas: «a mulher deve ser igual ao homem e como ele possuir todos os direitos civis, políticos e econômicos (...) É impossível esperar que os detentores injustos da riqueza social concedam em concedê-los»; somente a revolução social poderia promover a igualdade dos sexos.

Porém, como Charles Sowerwine o demonstra, a mínima participação das mulheres a não ser a que se refere a igualdade dos salários».

Um novo conflito, no entanto, surge rapidamente: os guesdistas se recusam a apoiar a candidatura simbólica de Leonie Rouzade às eleições municipais de dezembro de 1881 (por ser mulher era considerada inelegível); muitos dentre eles hesitavam mesmo em apoiar o princípio do direito de voto das mulheres sobre o qual estavam a suspeita de serem influenciados pelos padres. Neste período toda a ala progressista se encontra em oposição ao anti-clericalismo. Leonie Rouzade denunciava, em uma carta a J. Guesde, que «os homens procuram monopolizar a direção do partido operário para si», dizendo ainda que «uma candidatura de classe não reside nem nas calças compridas nem na saia».

As razões dos fracassos

Por volta da metade do mês de janeiro de 1882, quando os partidários de Paul Brousse (1841/1912) — que criara o partido possivelmente excluído dos guesdistas — a UFG (União das Mulheres Comunistas), a União das Mulheres não hesita: apoia os broussistas que haviam apoiado a candidatura de Leonie Rouzade. A UFG das Mulheres dispersa-se em 1882 e Leonie Rouzade, decepcionada com o socialismo utópico. Em 1881 os guesdistas constituem em Roanne um novo partido — o futuro POE (Partido Operário Francês) integrando em seu programa de reivindicação os direitos das mulheres. Os esforços da União não haviam sido em vão. A criação do Grupo Feminista Socialista em 1889 (GFS) pela iniciativa de Elizabeth Renaud (1846/1922), operária, e de Louis Saumoustan (1875/1939), costureira, foi parte dos inícios promissores. Contudo, desilusionado pela recusa do Partido Socialista da França presidido por Jaurès de integrar em seu programa as reivindicações «trabalho igual, salário igual e os direitos políticos para as mulheres», o GFS se dispersa a partir de 1902, tendo reunido pouco mais de uma centena de militantes.

A que se deve atribuir todos estes fracassos?

Sowerwine mostra como uma das primeiras razões reside na confusão teórica que domina o movimento operário: o livro de Bebel *As Mulheres e o Socialismo* e o de Engels *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, foram traduzidos tardiamente e, frequentemente, mal digeridos por militantes ainda profundamente influenciados pelos proudonismo no que concerne à questão das mulheres.

Os guesdistas, por exemplo defendiam o caráter progressista do trabalho das mulheres na medida em que este subtrai a mulher à dependência eco-

nômica dos homens, mas, diversos dirigentes do POF exaltavam a maternidade. É o caso de Paul Lafargue, genro de Marx, em seu livro «A Questão da Mulher», escrito em 1904; e também o caso de Aliette Valette (1850/1899) do conselho nacional do POF (a única mulher que participa dele) que em um pequeno livro passa a publicar em 1892, «A Harmonia Social», fala da «era feliz em que a mulher será devolvida a seu papel biológico de criadora e de educadora da espécie», considerando, como diz Sowerwine, que o próprio trabalho era um transtorno.

A esta confusão teórica do movimento operário, veio acrescentar-se o electoralismo de diferentes partidos socialistas, em particular a partir do início do século, quando, no plano internacional, a tendência reformista representada por Bernstein vai se fortalecendo cada vez mais. Como diz Sowerwine: «O que interessava aos partidos, quaisquer que fosse sua retórica, era o esvaziamento das mulheres não possuíam o direito ao voto». Eram, pois, «estranhas» ao terreno principal dos socialistas.

O terceiro fator que explica o desencontro do socialismo e do feminismo foi o sectarismo que as mulheres socialistas tinham em relação ao feminismo burguês. É preciso, evidentemente, recatar o contexto político da época: o movimento feminista burguês era poderoso e se alimentava não apenas das carências evidentes do movimento operário mas também das aspirações trazidas pelas mulheres originárias da burguesia e da pequena burguesia, que debutavam no mundo do trabalho. Estas mulheres reivindicavam uma liberdade de ação que o Código de Napoleão ainda em vigor lhes recusava, mas em sua maioria não aspiravam abalar os fundamentos da sociedade burguesa.

Além disso, as relações entre o movimento operário e o movimento feminista burguês se tornaram mais tensas quando os sindicatos feministas criados por M. Durand, como o da Federação das mulheres tipógrafas, desempenham o papel de fôlego greve, como ocorreu em 1901 por ocasião da greve dos tipógrafos da imprensa Berger-Lexault em Nancy.

Esse amontoado de malucas e histéricas que é o feminismo burguês

As a necessidade de marcar seu espaço face ao feminismo burguês, sobre a base de classe, não poderia justificar o virulento sectarismo das mulheres socialistas, em particular o de Louise Saumonneau que terá o controle das atividades das mulheres socialistas de 1914, através do Grupo de mulheres socialistas (GDFS). Eis a maneira pela qual ela caracterizava o feminismo burguês: «esse amontoado de intrigantes, de malucas e histéricas que é o feminismo burguês de todos os países». Esta recusa de fato de todo feminismo (ao contrário do GFS diri-

gido por E. Renaud) explica a lentidão com que o GDFS tomou posição e mesmo assim de maneira tímida no chamado «caso Couriau». Emma Couriau, tipógrafa de Lyon colocou o seu pedido de sindicalização na seção de Lyon da Federação do Livro, dirigida por seu marido, representante da corrente reformista entre os trabalhadores. A seção local não somente se recusou a sindicalizar Emma como decidiu excluir seu marido, também tipógrafo, da seção sindical, em julho de 1913.

A partir deste caso, teve início um debate na imprensa sindical e as organizações feministas trouxeram seu apoio a Emma Couriau. Louise Saumonneau recusou a participação do GDFS em uma manifestação de apoio a Emma Couriau, em dezembro de 1913, ao lado das feministas burguesas.

Porém, segundo Sowerwine, o que explica principalmente o fracasso destes movimentos de mulheres socialistas, é a ausência total de autonomia com relação ao Partido Socialista. L. Saumonneau, em particular, desenvolveu uma luta permanente para que as mulheres que desejassem militar no GDFS aderissem previamente à SFIO. Esta subordinação organizacional se traduziu ainda, por uma subordinação das reivindicações das mulheres às do partido. No final das contas, o balanço é pesado: até o nascimento do novo Partido Socialista no congresso de Epinay, as mulheres não chegaram a representar mais do que 2 ou 3% dos esforços da SFIO. As mulheres só adquiriram seus direitos elementares sob a IV e V Repúblicas da França.

O balanço é também bastante carregado quando se nota o número de militantes de valor que foram ganhas pela causa do socialismo e que se desviaram dele, desgostosas com as reticências, quando não com a recusa dos partidos operários em defenderem seus direitos, quer fossem eles revolucionários, como os guesdistas no início, anarquistas ou reformistas.

Este livro vem preencher uma lacuna importante na história das relações entre feminismo e partidos operários pois percebe-se, que apesar das resistências evidentes dos sindicalistas em reconhecer o direito ao trabalho da mulher, uma lenta evolução germinava no interior da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), dominada pelos sindicalistas revolucionários. Nas vésperas da primeira guerra mundial, a CGT previa um plano de ação dirigido às mulheres, que se apoiava nas seções feministas de ação sindical. O movimento feminista burguês, a própria luta das mulheres, a ação de militantes sindicalistas e feministas como Marie Guillot, professora primária, militante da Escola Emancipada, não foram de importância menor nesta evolução que será bloqueada de fato pela guerra.

As mulheres e o socialismo nos fornece elementos de comparação muito interessantes entre o período histórico estudado e o que atravessamos. Uma conclusão se impõe: hoje as condições são muito mais favoráveis a um reencontro entre feminismo e socialismo. O debate está aberto.)»

Mães, a organização na periferia

DENISE NATALE

Há cerca de dez anos as donas-de-casa com poucas opções além de passar, lavar e cuidar dos filhos, começaram a se reunir nas igrejas para discutir seus problemas e aprender um novo ponto de tricô. Assim nasciam os Clubes de Mães, que aos poucos foram reunindo mais e mais mulheres e se espalharam por toda a periferia. Contudo, poucos estudos trataram de seu papel na sociedade e foi isso que motivou duas mulheres, as sociólogas Jany Chiriac e Solange Padilha a apresentarem seu projeto de pesquisa à Fundação Carlos Chagas. Agora, essa pesquisa já está pronta e até o final do ano deve fazer parte da revista da Fundação, com revelações praticamente inéditas sobre o assunto.

Nos seis meses que Jany frequentou o Clube de Mães do Jardim Santo Antônio, da Igreja católica e Solange o Clube de Vila Iolanda, da igreja protestante, ambas em Osasco, suas presenças acabaram servindo para provocar algumas novas discussões nos grupos. As mulheres falaram também de seus problemas sexuais, contracepção e virgindade, temas considerados tabus e, portanto, ignorados, principalmente se praticados fora do casamento.

— Uma das nossas conclusões depois dessa pesquisa é que o trabalho com as donas-de-casa, que se constituem a maioria da população feminina brasileira, é fundamental, diz Jany Chiriac. Tais mulheres têm um poder de mobilização e de luta bastante grande. Os Clubes de Mães conseguiram romper o isolamento imposto às mulheres, além de conscientizá-las para questões de saneamento básico. Como conquistas reais, as mulheres conseguiram desde a criação de creches, de iluminação para suas ruas, até novas linhas de ônibus. Mas devido à vinculação direta com a Igreja, que reforça o caráter particular dos clubes, o que houve foi a dificuldade de conscientização de sua opressão de sexo e de classe. Panorama que não se modificou nesses 10 anos de existência.

A idéia que Jany Chiriac desenvolve é a de que a Igreja exerce um papel contraditório com seus Clubes de Mães. De um lado é progressista ao promover a igualdade entre o homem e a mulher, pedir o respeito mútuo e levá-la a participar dos problemas comunitários. O próprio documento divulgado em Puebla, reforça essa posição: "A Igreja é chamada a contribuir para a promoção humana e cristã da mulher, ajudando-a assim a sair de situações de marginalização em que se possa encontrar e capacitando-a para sua missão na comunidade eclesial e no mundo".

Mas esse mesmo documento também enfatiza seus papéis tradicionais. "Suhlinhamos o papel fundamental da mulher como mãe, defensora da vida e educadora do lar", diz o documento. Questões como divórcio, aborto, relações sexuais antes do casamento e controle da natalidade são condenadas e assim, dentro de um processo de abertura do mundo doméstico, há o fortalecimento da família com seus moldes tradicionais. "a de que a mulher deve proteger o marido e filhos, manter a casa arrumada, criar os filhos e, enfim, além de ser mãe, a mulher passa também a ser a mãe da comunidade, resolvendo seus problemas", explica Jany Chiriac.

Formados por cerca de 20 mulheres, todas casadas, os grupos pesquisados seguem a mesma estrutura. Nas reuniões semanais, há meia hora de reflexão sobre um texto da Bíblia, coordenado por uma freira, e depois aplica-se a leitura aos problemas diários. Em seguida, as mulheres partem para os trabalhos manuais, aprendendo a costurar, hordar ou cozinhar. Jany,



Através dos Clubes de Mães, a conscientização das donas-de-casa.

que acompanhou as reuniões de perto, conta um pouco mais sobre elas:

— Estávamos lá na época das eleições e embora as mulheres afirmassem que votariam no MDB, praticamente pouco discutiam sobre política. Era também a época das greves e não havia nem ao menos conversas paralelas. Em geral, as donas-de-casa da periferia têm um nível de informação baixo, e poucas conhecem o Movimento do Custo de Vida, embora ele tenha se originado dos Clubes de Mães. Para você ter uma idéia, o que as mulheres entendem por política é que é bom participar de reuniões e encontros, porque assim se consegue benefícios públicos.

As mulheres mais combativas acabam abandonando o clube, em busca de outras opções mais eficientes, geralmente no próprio Movimento do Custo de Vida ou nos Diretórios do MDB, como alternativa social para seu amadurecimento. As outras continuam por anos e mais anos dentro dos Clubes de Mães, sem que participem mais ativamente da vida econômica, social e política e sem também questionar a es-

trutura familiar vigente "que a oprime e em nada contribui para sua liberdade", acrescenta Jany.

As duas sociólogas não vêem perspectivas animadoras para os Clubes de Mães, como conclusão de sua pesquisa. "Seria preciso que eles crescessem e acahassem incorporando o trabalho da Igreja. Neste caso seria fundamental que houvesse lideranças de mulheres dos próprios bairros, capaz de orientar o trabalho dos grupos, para que se chegasse a uma conscientização mais profunda. Pena que as lideranças ainda sejam mínimas".

Para as duas sociólogas, a organização das mulheres nos bairros é de fundamental importância, representando uma conquista nesse movimento.

— Mas qualquer luta deve ser considerada no conjunto de suas funções. As diversas perspectivas de sua opressão é que lhe darão a perspectiva da libertação. Para isso, tais organizações devem seguir o curso da história, e não ficar presa às amarras religiosas que acabam restringindo o universo ideológico de uma luta.

A luta das mulheres

A participação das mulheres nas lutas populares começou a aumentar, nos últimos tempos. Organizando-se nas vilas e bairros, assumindo a maior parte das tarefas no Movimento Contra a Carestia, elas não hesitam em combater ao lado dos trabalhadores, apoiando e atuando ao seu lado em suas mobilizações. Em muitos casos, como durante a greve da Construção Civil, em Porto Alegre, elas integraram os piquetes, chamando os fura-greves às falas. Aqui, o depoimento de três piqueteiras gaúchas.

Célia Maria, da Vila dos Comerciantes: "Sem nós o governo não é nada. As mulheres estão contribuindo, ajudando o marido, mostrando para muitas donas de casa que quando o marido estiver numa ruim, elas tem que participar. Inclusive, mostramos para as mulheres de nível mais alto, que sem a mulher no meio dos homens, eles não crescem e elas também não podem fazer nada sem eles. No nosso meio é uma união só, todas participam."

Fomos com um grupo de 11 mulheres — todas grávidas — parar três obras, onde alguns homens trabalhavam. Eu inclusive, passei mal, acabei abortando a criança, fui para a Santa Casa, mas estou aqui de pé, porque a gente não pode fracassar. Eu acho que o governo tem que olhar um pouco para nós, tem

que parar com essa brincadeira, pois sem nós eles não são nada".

Maria Lúcia, de Vila Santa Isabel: "Eu vou por aquilo que me toca mesmo, no fundo. Como a carestia é uma coisa que todos sentimos, resolvi também participar, pois a nossa vila é muito pobre e eu encontro as mesmas necessidades, em todas as famílias. Inclusive, dou uma de assistente social na vila, já pedimos uma e ela não veio. As mulheres, que ficam em casa, tem mais condições de saber dos problemas, do custo de vida e, por isso, podem participar mais. As mulheres estão reagindo, participando bem. Inclusive, estou aprendendo muita coisa com elas, experiências que eu nem tinha antes, coisas que não sabia que estavam acontecendo. O que falta é mesmo é tempo para nos organizarmos".

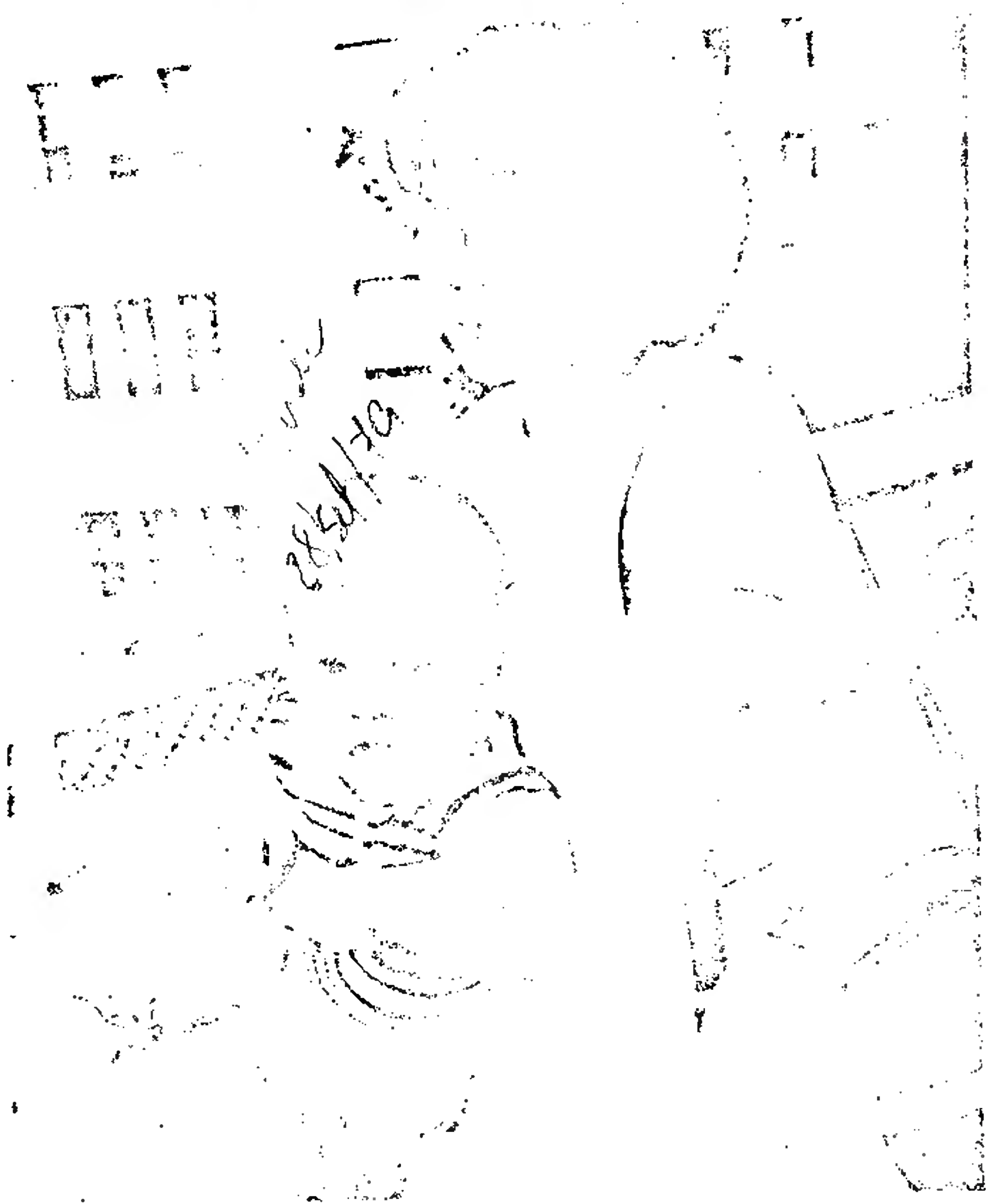
Maria Jacinta, de Vila São Vicente — "Eu sou mulher e não sou porcaria. Trabalho de ferro velho, nas ruas, catando coisinhas para ganhar dinheiro. E meu marido tem uma tendinha e é pintor de paredes, cada um ajuda um pouquinho, temos que sustentar quatro crianças no colégio. A coisa tem que melhorar, tem que crescer para cima e não para baixo. Na Vila fizemos tudo junto: de lá eu não saio. Esse movimento aí, fique sabendo, Deus vai ajudar, pois tem que melhorar."

HC: creche continua funcionando

Um mês após as denúncias do presidente da Associação dos Funcionários do HC, Domingos Braga Santana, sobre o surto de sete doenças infecto-contagiosas ocorrido na creche para os filhos dos funcionários, o local não foi interditado. Na ocasião, a superintendência do hospital colocou um aviso na porta da creche, dizendo que ela estaria interditada até o dia 20 de setembro. Após as denúncias a diretora tirou o aviso da porta e se recusou a prestar qualquer declaração a respeito. E as mães, cujos filhos estavam doentes, passaram a cuidar deles em casa.

Uma das funcionárias do hospital, cujo filho de três anos fica das 6 até às 15 horas na creche, disse que após as denúncias nada mais foi feito: "A diretora não falou mais nada sobre o assunto. E nós não pudemos tirar as crianças da creche porque elas não têm com quem ficar." Ela não sabe se foram tomadas providências para que outros surtos de doenças não se repitam.

Domingos Braga Santana conversou na ocasião com o superintendente do HC, Primo Curti — que não fala sobre a creche por ser "o fato um problema comum, interno do hospital e que não tem sentido divulgar para a população" — e este lhe afirmou que o problema estava contornado, inclusive com a concessão de licenças para as funcionárias, cujos filhos estavam doentes. Mas segundo as mães, que vinham



As mães não têm onde deixar as crianças

buscar seus filhos ontem à porta da creche, isso não foi feito. "O médico daqui do hospital deu uma licença de dois dias para tratar das crianças, mas foi só. Depois essas mães tiveram que falar".

Uma das mães, enfermeira do HC, afirmou que a creche sofre do problema da

falta de mão-de-obra, cujos salários são muito baixos. "Aqui na creche, a diferença de nível é muito grande. Existem crianças muito pobres que já trazem doenças de casa e outras que têm mais resistência no organismo, porque se alimentam melhor. As mais pobres estiveram mais sujeitas ao surto de doenças".

Deputado quer creches e berçários nas empresas

FSP 30/9/79

O deputado Carlos Nelson, do MDB de São Paulo, acredita que a instalação de berçários, creches e parques infantis em empresas com mais de cem empregados resultará na redução do número de menores abandonados. Por isso, apresentou projeto de lei, em tramitação no Congresso, que pune as empresas que não criarem esses mecanismos de assistência ao empregado

com multa de um salário mínimo por mês de não cumprimento desta determinação.

O deputado admite que o projeto, se aprovado, resultará numa elevação dos custos de produção, mas considera que "esse sacrifício da população se faz necessário para o racional encaminhamento de um problema que se agrava e afeta a todos indistintamente".

Ele observa que o atendimento aos menores deverá se estender até os 10 anos, "período em que necessitam de maior atenção e cuidados, o que hoje não podem ser dados pelo pai e pela mãe, obrigados a trabalhar para a garantia do sustento familiar".

Creches nas favelas, um plano ameaçado no ABC

Da sucursal do ABC

Uma creche em cada favela. As mães operárias poderiam ir tranquilamente para o trabalho porque seus filhos ficariam bem alimentados, sob cuidados de monitoras treinadas e pagas pelo poder público. As instalações seriam simples, em imóvel recuperado sem preocupações com requinte e sofisticação, para evitar custos elevados.

Essa idéia começou a ser implantada em São Bernardo do Campo, em maio deste ano, e dois núcleos de favelas já mantêm creches. Só que, na prática, a idéia revelou falhas. As creches são insuficientes para o número de crianças, o que está gerando descontentamento entre as mães operárias, que vêem como privilegiadas aquelas que conseguem vagas.

A primeira creche, no núcleo do Jardim Petroni, tem atualmente 15 crianças, de três meses a um ano e meio; e outras 38, com idade variando entre dois e quatro anos, estão alojadas na própria favela, nos chamados "lares substitutos", onde mães que não trabalham tomam conta dos filhos das operárias, sob a supervisão de assistentes sociais. Mas no Jardim Petroni há pelo menos 400 crianças faveladas, com idade de zero a quatro anos, segundo a diretora da Promoção Social, Maria Helena Necche.

Na favela do DER, a mais antiga de São Bernardo, a situação ainda é pior. A creche foi inaugurada pelo prefeito Tito Costa no último dia 7 de setembro, como parte das comemorações da Semana da Pátria. Instalada em antiga escola de madeira, a creche abriga apenas sete crianças, embora o número de vagas seja vinte. Segundo levantamento da Promoção Social, há 1.154 crianças a serem atendidas. "Há muita procura e as mães devem estar preparando a documentação para matricular as crianças" — disse Ivani Pereira Eugênio, ex-atendente do Hospital Príncipe Humberto, que trabalha como monitora na creche.

Maria Helena Necche dá outras explicações: "Trata-se de

um módulo novo, experiência que encontra resistência por parte das mães que estão habituadas a pagar outra pessoa para tomar conta do filho enquanto trabalham. Mudar de solução leva algum tempo". As faveladas receberam muito bem a idéia da creche, apesar dessa queixa: "Ela só atende crianças até um ano e aqui todo mundo tem cinco ou seis filhos. Os maiores é que dão mais trabalho" — diz Maria Dalva de Aguiar, que trabalhava como servente no Hotel Pampas e teve de sair porque não tinha onde deixar o filho mais novo, de cinco anos, que gosta de brincar na rua.

Maria Inez dos Santos, outra moradora da favela do DER, na Vila das Paineiras, também teve de deixar o emprego na Gravadora Odeon, depois de quatro meses. "Com dois filhos, um de quatro anos, outro de um ano, não poderia trabalhar sossegada. A creche não me resolve porque ficaria só com o menor. O mais velho teria que ficar na rua" — lamenta.

Aldina Marcelo da Silva, empregada doméstica, deixa os dois filhos com a mãe e volta cedo para casa, no final da tarde. Alí é a vez de sua mãe sair para trabalhar, numa empresa transportadora. "Veja só — comenta — não deixo minha filha de um mês na creche porque minha mãe não confia. E o mais velho, de dois anos, não é aceito porque passou da idade."

Mesmo com queixas como essa, muitas mães não conhecem a creche, que dispõe de um quarto com berços, armários para roupas, um cercado de madeira e espaço para brincar, além de cozinha, banheiro e quintal. Já no Jardim Petroni há disputa pelas vagas e as instalações são bem menores. Os vinte berços ocupam quase toda a área do quarto, que dispõe de um tanque que serve como banheira, enquanto varais com roupas molhadas cruzam o teto, dificultando a passagem das monitoras em dias de chuva.

BAIXO CUSTO

A falta de creches para mães operárias é uma queixa constante nos sindicatos, nos congressos femininos, nas câmaras municipais. Recente manifesto de mães de Diadema "apela a Deus para que ilumine as autoridades para enxergarem o problema". Segundo o manifesto, a creche é condição indispensável para permitir o

trabalho da mulher, cada vez mais indispensável para a manutenção da família. Enquanto a legislação trabalhista não coloca de forma clara a obrigatoriedade de manutenção de creches pelas empresas, os estabelecimentos que existem são mantidos a duras penas por entidades assistenciais e religiosas, com ou sem subvenção das prefeituras.

Maria Helena Necche diz que a maior dificuldade encontrada pelas autoridades é conseguir verbas para manter estabelecimento como esses, porque as mães que deles se utilizam nunca podem contribuir. A idéia, então, é encontrar na própria comunidade apoio para manutenção. A creche da favela do Jardim Petroni, primeira instalada pela Promoção Social, com a colaboração da Fubem — Fundação Municipal do Bem-Estar do Menor — consumirá até o final deste ano Cr\$ 308.061,00 com despesas de manutenção (alimentação, limpeza, pagamento de pessoal) e de aquisição de móveis e utensílios de cozinha.

Segundo a diretora da Promoção Social, a partir de dezembro a Prefeitura não vai mais investir na creche. A Fubem se encarregará de encontrar uma entidade que cuide das despesas e a Fundação pagará os salários. Esse mesmo critério deverá ser adotado nas outras creches a serem implantadas. Nas outras favelas, serão criados também os "lares substitutos", para crianças de dois a quatro anos, que as creches não comportam.

Embora com todas essas deficiências, a Secretaria Municipal de Saúde e a Promoção Social a ela subordinada parecem otimistas, prevendo a ampliação desse projeto para os 14 núcleos de favelas do município. "O objetivo básico é possibilitar o ingresso da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, proporcionando atendimento aos filhos menores de quatro anos", conforme destaca o noticiário da assessoria de imprensa. Segundo levantamento da própria Prefeitura, há em São Bernardo 33.589 crianças na faixa etária de zero a quatro anos e creches para atender apenas duzentas.

CRECHE! decisão dos Funcionários

p. 4 e 5

OVO nacional

n.º 3 set/79

Proposta dos funcionários ao chefe do Despa

Por diversas ocasiões, os funcionários do Banco Central-SP têm se manifestado acerca da implantação do benefício creche. Em março-abril deste ano, por interesse da nova direção do Banco, foram feitas, em 6 divisões deste Departamento, listas de sugestões dentre as quais a creche esteve presente. Além disso, foram feitas reuniões, entre pessoas diretamente interessadas, para se discutir o problema, em cima de propostas encaminhadas ao OVO—jornal livre e aberto dos funcionários do Banco Central-SP—cerca de 60 cartas, de mais de 70 funcionários.

Em reuniões realizadas nos dias 26.09, 27.09 e 28.79, no Mezzanino do prédio da Paulista, os servidores do Banco Central-SP, deliberaram a proposta final sobre suas necessidades acerca da creche:

- 1) solicitar ao Banco Central a implantação do benefício creche, a nível compatível com o dos funcionários, de modo que fique assegurado um tratamento adequado aos seus filhos, enquanto o responsável estiver trabalhando;
- 2) o benefício deve atender aos filhos de funcionários no período de 0 a 6 anos, já que, até esta idade presume-se que a criança necessita de cuidados especiais;
- 3) o serviço de creche que mais atende aos funcionários é o de livre escolha, por tornar possível, entre outros fatores, a utilização do benefício nas proximidades da residência da criança, evitando-se a criação de um problema maior que seria o do transporte diário, além de manter a cargo dos pais a responsabilidade pela orientação que querem dar aos seus filhos;
- 4) o Banco, mediante apresentação de recibo, ressarcirá as

despesas dos funcionários, com base em valores a serem estabelecidos;

5) tendo-se por referência as pesquisas realizadas até o momento, constatou-se que os preços de creches localizadas nas proximidades das residências de funcionários, variam em torno de Cr\$ 4.000,00 por mês.

Dois outras alternativas foram analisadas e consideradas insatisfatórias, a menos que o Banco solucionasse os problemas decorrentes, de maneira a satisfazer os funcionários. As alternativas analisadas e os principais problemas que as inviabilizam são:

1) CRECHE DO BANCO INSTALADA EM SUAS IMEDIAÇÕES

Depara-se com a necessidade de definição das ótimas condições físico-ambientais, recursos humanos quanto à sua formação e, principalmente, teorias e concepções educacionais que seriam adotadas na creche.

Porém, o maior problema é o transporte. Torna-se impossível transportar os filhos, principalmente os de menos idade, dada a notória precariedade dos transportes coletivos de São Paulo, a que se associa o desgaste diário a ser imposto às crianças (muitos ainda bebês) no percurso residência-creche.

2) **CONVÊNIO ENTRE O BANCO E AS CRECHES**
O problema central está na necessidade de uma enorme quantidade de convênios a serem feitos com as creches, de interesse dos funcionários abrangendo a área da Grande São Paulo, em curto intervalo de tempo, a fim de que as vantagens previstas no item 3 desta proposta sejam satisfeitas.

Uma energia que não dissipará tão cedo.

Com quase 10 reuniões (a quase totalidade no Pergolado — prédio da Paulista) — ou no Mezzanino — prédio da Paulista) especificamente convocadas e realizadas para debate do assunto creche para os funcionários do Banco Central-SP, chegou-se à formalização da proposta encaminhada ao Banco (vide matéria nesta página).

Isto aconteceu sob o clima reinante entre os funcionários, de uma enorme expectativa, demonstrando uma energia que não dissipará tão cedo. O embalo inicial provocado pelos funcionários que se aglutinaram em torno do artigo do n.º 1 do OVO, desencadeou entre muitos. Já na elaboração do artigo para o OVO n.º 2, esta proposta final ganhava os seus primeiros contornos. O movimento pela creche teve a sua dinâmica própria com a participação dos funcionários nas mais diferentes formas. Uns discutindo na seção, outros encaminhando sugestões por escrito, outros ainda participando diretamente das reuniões. Tudo isso, de maneira não dissociada. Houve também funcionários que não se interessaram pela questão, pois a creche movimentou principalmente as pessoas diretamente interessadas. Por outro lado, o assunto contou também com a participação de funcionários que não precisam da creche a curto e médio prazo, mas que assim procederam por considerar o movimento justo e legítimo. Isto veio dar amplitude maior ao fato.

Nas primeiras reuniões, como era de se esperar, as opiniões, embora girassem em torno de um eixo comum — a mesma proposta do benefício creche — surgiram entendimentos diferentes que só o próprio debate, enriquecido que estava pelas experiências relatadas, evoluíram do caráter individual para se pensar em solução de interesse coletivo e, por isso, logo se viu que as disposi-

ções legais (creche até os 6 meses) é simplesmente ridícula e indefensável. Nada substitui o debate na função de dar clareza às idéias, de possibilitar o entendimento profundo do problema, de permitir a análise do desdobramento das questões, de incorporar argumentos novos que ainda não haviam sido pensados. A própria solução do problema adquire um grau de urgência e importância maiores. Deu, a quem diretamente participava, um nível de comprometimento efetivo com a solução do problema.

Flexibilidade de horário, um dos problemas que voltará à tona.

No transcorrer dos debates, um problema atualmente existente, sentido principalmente pelas mães, é a rigidez do horário de entrada e saída dos funcionários, bem exemplificado por essas palavras de uma colega durante uma reunião: "Os problemas que tenho encontrado é quanto ao horário de várias escolas que não coincidem com meu horário de trabalho, uma vez que o expediente das escolas termina às 17hs, e eu só saio às 18:30hs. Se houvesse maior flexibilidade de horário do Banco, os funcionários poderiam entrar mais cedo e sair mais cedo. O problema maior nas escolas é o horário de saída e não de entrada. Eu acho que o horário é esse porque as empresas em geral terminam seu expediente mais cedo e, portanto, esse horário das escolas atende perfeitamente a esses pais". Todas as pessoas presentes endossaram estas palavras de diferentes maneiras. Não foi tirado (infelizmente) nenhum encaminhamento específico para esta questão, pelo simples motivo de as atenções estarem voltadas para a creche; mas o fato de ter sido mencionada e o endosso que recebeu bem demonstra que o pro-

blema voltará à tona em futuras reuniões.

Necessidade imediata: reuniões de funcionários no horário de expediente.

Ainda em relação ao horário e essa questão diz respeito a todos, já está líquido e certo que precisamos por em prática nosso direito de nos reunirmos no horário de expediente para tratar de assuntos de nosso interesse. Essa conclusão foi tirada com base em alguns entraves em relação ao horário que se notou no movimento pela creche. De experiência em experiência, tiramos esta conclusão que deveria ter sido levada desde o princípio. Algumas vezes reunimo-nos após o expediente, outras vezes no fim de semana e na maioria das vezes às 11:00hs da manhã, mas curiosamente, demoramos um pouco para concluir o óbvio: nas horas do dia que passamos aqui para resolver os problemas do Banco, nada mais certo que também as utilizemos para resolver os problemas comuns a todos nós. Isso foi percebido por todos como um ponto importantíssimo.

Uma idéia discutida e que viabiliza inicialmente aquela conclusão é a reunião se dar com uma parcela dos funcionários, digamos 20%, ou algum outro índice julgado mais adequado. Como muito provavelmente, a quantidade de funcionários interessados ultrapassa esse índice, então uma maneira alternativa é eleger representação entre os funcionários. Evidentemente, os representantes não seriam os indicados pelos

enhetes, embora estes pudessem participar das eleições entre funcionários. O debate preliminar, na seção, sobre o assunto que estiver em foco, é imprescindível a fim de que os eleitos expressem uma posição de conjunto. Esta proposta foi pensada com base na idéia central que o movimento nos ensinou: precisamos nos organizar para encon-



trar uma solução dos problemas comuns e assegurar a continuidade ao movimento até esta conquista.

CRECHE: ganho indireto de salário.

Outro aspecto analisado durante os debates é que o benefício creche constitui um ganho indireto de salário. Os nossos salários têm sofrido reajustes

anuais abaixo até dos índices oficiais de inflação que, conforme comentário geral, é subdimensionada à inflação real sofrida pelos bens materiais mais necessários ao nosso cotidiano. Esse fato é mais triste ainda, pois nem sequer estamos considerando — o que devíamos fazer — os aumentos reais de salário a que temos direito. É diante dessa amarga situação que o movimento pela creche adquire ainda mais força e significação. Na verdade a questão das perdas salariais só vem reforçar o movimento, pois a opinião geral dos colegas no debate é que o benefício creche deve ser atendido pelo Banco.

NÃO jogar o movimento para dentro da estrutura da ASBAC: CONSENSO IMEDIATO

Não encaminhar o movimento pela creche para dentro da estrutura da ASBAC foi uma das decisões mais simples e rápida: consenso imediato. Sabemos, que só a organização independente, garantida a ampla participação, é capaz de efetivamente não interromper o movimento e possibilitar que a proposta final reflita os legítimos anseios dos funcionários.

Todos os acontecimentos estão intimamente relacionados.

O movimento pela creche tem a sua dinâmica própria. O OVO foi instrumento do impulso inicial e serve como canal de expressão das sínteses sucessivas que vai se obtendo no movimento. A relação entre o OVO e o movimento pela creche não se dá apenas pelo fato de que alguns colegas participem simultaneamente deles, mas sim, que a existência do OVO tem-nos possibilitado discutir problemas comuns, que po-



Os funcionários do Despa estão apresentando ao Banco sua proposta a respeito da implantação da creche.

Bem sabemos que este é um problema geral e que sua solução deve vir dos interessados para que não seja adotado um sistema que não tenha condições de ser usufruído.

Pode-se observar, pelo que já foi feito até o momento, que se procurou a participação de todos na ânsia de se captar, ao máximo, as particularidades de cada um, além de mostrar que a organização coletiva é que faz com que uma meta seja concretizada.

Estamos aí, na luta, esperando que o assunto seja resolvido satisfatoriamente para todos.

Mas ela não é só nossa. Os colegas de outros Departamentos também o vivem diariamente e, cremos, gostariam de batalhar pela creche em suas Unidades.

É claro que a proposta surgida entre os funcionários do Despa, por tudo o que já foi exposto, é peculiar aos problemas que são enfrentados numa cidade do tamanho de São Paulo.

Aí na sua cidade as condições podem ser outras. Talvez não haja tanta disponibilidade de creches como aqui, ou até o ideal seja uma creche junto ao local de trabalho, soluções essas que só vocês podem decidir. O importante é que todos os aspectos do problema sejam amplamente discutidos e que a questão adquira um caráter nacional, possibilitando assim a reciprocidade de apoio entre as diversas Unidades do Banco.

demos e devemos nos reunir para encaminhar soluções a eles. A reciprocidade também é importante notar: o OVO tem mais expressão porque movimentos como o da creche acontecem. Todos os acontecimentos estão intimamente relacionados; mostram o quadro global da dinâmica em que eles se inserem. A defesa de um, passa a ser fator de apoio do outro.

Livre-escolha, o ótimo sistema para a creche

A elaboração da proposta final encaminhada ao Banco contou, além das discussões nas seções, das sugestões encaminhadas, com pesquisa em várias creches, em diversos bairros da Grande São Paulo. Evidentemente a amostra foi pequena em relação ao universo existente, mas serviu para estimar o valor-base a ser reembolsado pelo Banco, bem como para assegurar que a proposta de livre-escolha é perfeitamente viável pela disponibilidade de creches na Grande São Paulo. Outro ponto importante desta pesquisa é a formação de um arquivo-consulta a todos os funcionários. Os itens principais que se procurou informar foram: instala-

ções, localização, preços, horário de funcionamento, idade das crianças de atendimento, orientação educacional aplicada, outros serviços prestados, exigências para matrícula, etc. É proposta que este arquivo, aberto à consulta, seja atualizado e ampliado. Se você puder colher aquelas informações, mande-as, pois elas poderão ser muito importantes para outros colegas.

O movimento pela creche continua.

Concluimos a primeira etapa: a formalização de uma proposta. Por tudo o que foi analisado neste artigo, o movimento pela creche continua até o atendimento desse benefício aos funcionários. Nessa medida, a continuidade de participação direta dos que levaram o movimento até agora e a adesão de outros que incorporem a importância deste movimento é de fator vital para a continuidade de seu sucesso. Pela gravidade do problema, pela importância do benefício, não cabendo aqui intransigências, a expectativa geral é que o Banco satisfaça essa necessidade dos funcionários, dando ao problema o seu devido caráter de urgência.



Congresso das Metalúrgicas

ANO 2 n.º 18

AS MULHERES ENTRAM NA BRIGA

J. do Vila n.º 18 p. 6

Desde que a participação dos trabalhadores nos sindicatos começou a aumentar, principalmente com o ressurgimento das greves no país, até os mais conhecidos pelegos resolveram passar como "verdadeiros representantes dos operários". E Joaquim Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, não poderia perder essa oportunidade. Assim é que atualmente alguns debates são permitidos no sindicato, com o objetivo de convencer a categoria de que a entidade atua em favor dos trabalhadores. Dentro desse quadro, realizou-se de 31 de agosto a 2 de setembro, o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo.

A intenção de Joaquim não tirou, porém, o valor da reunião, em que aproximadamente 200 mulheres discutiram os problemas que enfrentam no trabalho, em casa e na sociedade. Mas limitou a discussão, como era de se esperar. Em geral, os debates foram controlados pela mesa, as participantes tiveram poucas oportunidades de falar — na maior parte do tempo, ouviram palestras e discursos — e Joaquim não esqueceu de levar uma clique organizada que esbravejou cada vez que as congressistas criticaram a falta de atuação do sindicato.

Apesar disso, as metalúrgicas conseguiram, no final do Congresso, formar uma comissão que vai encaminhar a criação de um departamento feminino no Sindicato, cuja intenção é debater e orientar a luta das mulheres da categoria. E que são muitas, já que sua situação é ainda pior que a dos metalúrgicos.

O homem ganha mais

Uma pesquisa feita durante o Congresso, entre as participantes, revelou, mais que qualquer discussão, a condição atual de vida das metalúrgicas em São Paulo. Das 174 congressistas, a maioria ganhava até dois salários mínimos por mês; fazia uma média de 20 horas extras semanais e levava mais de uma hora na condução entre a casa e o trabalho. Além disso, devido à alta rotatividade dos empregos, a maioria trabalhava na mesma firma há menos de um ano, apenas.

Somados a esses, vinham outros dados: em toda a indústria metalúrgica de São Paulo, as mulheres ganham 73% a menos que os homens, mesmo desempenhando funções iguais. Além disso, são geralmente registradas em carteira em profissões menos qualificadas que as que realmente exercem, dificultando assim o desenvolvimento de sua vida profissional. Que, aliás, já é muito prejudicada pela ausência de cursos profissionais acessíveis à mulher (várias congressistas revelaram que foram barradas nos cursos do Senai por serem mulheres).

Outra questão severamente criticada pelas mulheres foi a discriminação feita à mulher casada ou grávida, e



Foto José Maurício

a falta de creches nos bairros e nas empresas. "Tem firmas por aí, contou uma metalúrgica, que antes de darem o emprego, estão fazendo exame de urina para

ver se a mulher não está grávida. Ou então, quando a mulher já está empregada, o próprio médico do convênio avisa o chefe quando ela engravidou. Daí, é rua na certa!

No campo da saúde, as denúncias foram também sérias. Através de um documento, as metalúrgicas protestaram contra a proibição no pronto-socorro ginecológico do Hospital das Clínicas, e em outros hospitais do uso de anestesia nos serviços de curetagem e raspagem das mulheres que chegam ao hospital depois de terem praticado aborto em casa. "Sabemos que milhares de mulheres são obrigadas a praticar aborto em casa e que a maioria desses abortos são provocados pela fome, pela miséria e pelo desespero, e a não utilização de anestesia nos prontos-socorros corresponde a atos de tortura e crueldade que não podemos admitir", diz o documento aprovado, onde as metalúrgicas pedem aos médicos para que pressionem as chefias dos hospitais no sentido de anular esse tipo de ordem e aos parlamentares para que denunciem o problema de suas tribunas.

Ainda na área da saúde, as metalúrgicas discutiram o programa governamental de controle da gravidez de alto risco, ressaltando que não são contra os anticoncepcionais, mas "a forma como o governo vem impondo a sua utilização, através da distribuição em massa, sem acompanhamento médico".

Educada para dizer sim

Mas não só de grandes problemas é o dia-a-dia da metalúrgica. Muitas mulheres falaram das proibições mesquinhas existentes nas fábricas, como por exemplo a de terem de tomar lanche em frente às máquinas ou não poderem abandonar o trabalho senão por cinco minutos para ir o banheiro.

Como se não bastassem todos esses problemas, as mulheres contaram ainda de como são obrigadas a fazer uma dupla jornada de trabalho, realizando também as tarefas domésticas. "A mulher foi educada para aceitar tudo, é sempre rebaixada e reclama pouco das coisas", desabafa Marluce Marinho, metalúrgica do Jaguaré. "Por isso que acontece isso tudo".

Ou, corrigindo a Marluce, por isso que **aínda** acontece isso tudo. Porque parece um pouco mais próximo o dia em que as mulheres despertarão para brigar contra essas condições de vida. Para as metalúrgicas paulistas, o congresso já foi um passo nesse sentido. Apesar de reconhecerem que grande parte de seus problemas é sentido também pelos homens de sua categoria, estão dispostas a fazer do departamento feminino, não um curso de corte e costura, como quer Joaquim Andrade, mas uma tribuna para lutar por suas reivindicações.

Campanha unificada começa com os metalúrgicos

Com o início da campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, que reúne 360 mil trabalhadores, foi dado o primeiro passo para a unificação das campanhas de 32 categorias profissionais que têm sua data-base de reajuste salarial em outubro, novembro e dezembro.

Iniciada a partir de reuniões de dirigentes sindicais, a decisão de unificar as campanhas congrega categorias importantes como os têxteis (240 mil no Estado), os comerciários (160 mil na capital, 400 mil no Estado), os químicos, e gráficos, com data-base marcada para novembro. E ainda, os jornalistas, padeiros, eletricitários, e

radialistas, entre outros, que tem sua data-base em dezembro. O objetivo é fortalecer as entidades com menor poder de barganha, e possibilitar um maior poder de pressão dos trabalhadores frente aos patrões.

De início, a reivindicação comum foi definida em torno de um piso salarial de Cr\$ 7.200,00 e aumento de 50% mais Cr\$ 3 mil fixos. No entanto, em São Paulo, uma proposta vencedora da oposição metalúrgica na assembleia da categoria fez subir a reivindicação desses trabalhadores para um aumento salarial de 83% sobre os salários atuais, levando em conta os reajustes de maio e um mínimo fixo de Cr\$ 7.200,00.

Isso, porém, não ameaça a unidade celebrada com os sindicatos de outras categorias, pois a decisão de unificar as campanhas está mais baseada na possibilidade de se conseguir uma força comum dos trabalhadores do que na existência de uma só reivindicação para todos os sindicatos.

Na verdade, o que querem os trabalhadores é tentar enfrentar em bloco os patrões, que tem a Fiesp para defendê-los, e que já começou a delinear sua tática de ação nessa campanha. Em documento lançado na semana passada, adverte os sindicatos patronais que dirige para que não façam acordos em separado, e

para que respeitem a soberania da comissão de salários da Federação.

Dia 25, os sindicatos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos vão levar sua pauta de reivindicações aos patrões. E já começam a mobilizar suas categorias para, inclusive, a possibilidade de uma greve. Para o dia 30, está marcada nova assembleia dos metalúrgicos de São Paulo. Ao lado disso, a oposição sindical também se prepara: para o dia 22, às 15 hs., convocou uma reunião no Convento do Carmo (Rua Martiniano de Carvalho, 114) com todos os interessados em dar apoio material e ajudar a divulgar a luta da categoria.

BAIRROS

Jardim Miriam
Primeira vitória na luta por creche

As mães do Jardim Miriam conseguiram, no último dia 2, a primeira vitória na luta pela instalação de uma creche no bairro. Na Sociedade Amigos do Bairro, cerca de 80 participantes do movimento ouviram de um representante da Prefeitura e de dois funcionários do Cobes (Coordenadoria do Bem-Estar Social) a notícia de que a praça do Jardim Miriam tinha sido aprovada como local para a criação de um centro comunitário, onde funcionará uma creche para 150 crianças.

As mães só não gostaram de saber que será uma creche chamada de indireta pela Prefeitura, isto

é, com parte de seus gastos financiados pela administração pública e o restante coberto por entidades particulares. Elas acreditam que não será fácil encontrar entidades dispostas a colaborar para custear essa despesa.

Apesar disso, aceitaram a proposta e elegeram, na reunião, uma comissão que vai acompanhar o processo de instalação da creche, manter contato com a Prefeitura e outros movimentos por creches que existem em São Paulo e continuar discutindo formas de conseguir que a creche seja inteiramente gratuita, como pretendiam.

Parque Dorotéia
Imagine se não tivessem pressionado

Depois de um ano de luta pela instalação de um centro de saúde na região, os moradores do Parque Dorotéia, que congrega oito bairros entre Santo Amaro e Diadema, receberam no dia 19 de agosto a visita do secretário da Saúde Adib Jatene. Que, depois de discursar e apresentar os planos da secretaria para atender a população de São Paulo, concordou em reunir uma comissão de moradores com técnicos de sua pasta para definir um local no bairro para instalação do Centro.

Os moradores, rapidamente, escolheram a comissão, que foi à Secretaria no último dia 22. E ouviu dos técnicos que seria preciso, primeiro, encontrar um terreno disponível para a instalação do Centro de Saúde, tarefa que, segundo os técnicos, não cabe à secretaria, mas à comissão de moradores. Isso feito (o que já aconteceu, através da Sociedade Amigos do Bairro de Santa Terezinha, que doou o terreno), era necessário, em seguida, levar uma planta do local, e esperar a liberação de verba da secretaria. De acordo com os técnicos, depois de definidos os recursos, a secretaria tem cinco meses de prazo para começar as obras. Se cair no orçamento de 1980, a verba só poderá ser utilizada a partir de março. E completaram: "Tudo dependerá da mobilização dos moradores. Se vocês não conseguirem cobrar aquilo a que têm direito, nada vai ser possível, pois temos uma série de áreas prioritárias".

Quer dizer: os moradores, além de encontrar quem doe um terreno, de mapear o local e esperar a

liberação das verbas, ainda devem, segundo a Secretaria da Saúde, pressionar para que sejam atendidos, porque não há planejamento nem recursos suficientes para atender todos os bairros.

Lição Inútil

De qualquer forma, a lição de que é necessário fazer pressão para conseguir alguma coisa não é novidade para os moradores do Parque Dorotéia. Eles estão há mais de um ano tentando sensibilizar a secretaria da Saúde para que atenda as suas reivindicações e não vão desistir por causa disso. Mesmo porque a necessidade da região é grande e urgente: são 70 mil habitantes, 18 mil dos quais favelados, que não contam sequer com um posto de saúde. São obrigados a procurar socorro na Vila Missionária, em Santo Amaro, distante 20 quilômetros do local onde moram, ou em Diadema, onde precisam fornecer endereço errado para receber atendimento.

As condições de saneamento, rede de águas e coleta de lixo nos oito bairros da região são também muito precárias. Segundo uma professora responsável pelo Centro Escolar da Saúde da região, "num exame de fezes feito em 139 alunos de uma escola de 1º grau, apenas 11 não tinham vermes. Todos os outros tinham de 3 a 4 espécies diferentes de vermes, 25 apresentavam problemas de saúde mental e 11 deveriam ser encaminhados imediatamente ao oculista. Além disso, a própria água da escola está contaminada".

Favelas

Melhoramento atinge poucos

Apesar das promessas de que sua administração seria voltada para resolver os problemas da periferia, desde que entrou na Prefeitura Reynaldo de Barros se recusa a ouvir os moradores dessa área da cidade. Assim foi que, com muita dificuldade, uma comissão de representantes do Movimento dos Favelados, que reúne 900 favelas de São Paulo, conseguiu ser recebida no dia 1º de agosto pelo prefeito. Como já tinha acontecido em outras ocasiões, os favelados foram cobrar de Reynaldo de Barros as promessas de ligação de luz e água nas favelas e reclamar a execução do plano da Prefeitura de urbanizar as favelas. Saíram com uma nova promessa: a de que, antes de ser formalizado, o plano passaria pela apreciação dos moradores.

Entretanto, no dia 5 de setembro, os favelados tiveram uma surpresa. Ao chegarem ao Ibirapuera para mais uma audiência com o prefeito, foram informados de que o plano tinha sido apresentado

hora e meia antes à imprensa e autoridades reunidas na Prefeitura.

Evidentemente, com isso, Reynaldo de Barros conseguiu se esquivar das críticas que, com certeza, ouviria dos favelados, pois o mirabolante plano, tantas vezes anunciado, não passa ainda de uma experiência-piloto a ser implantada em apenas 36 das 900 favelas da cidade. Além disso, os conselhos comunitários, reivindicados pelos favelados para deliberar junto com as administrações regionais da Prefeitura sobre a execução do plano, terão apenas a função de opinar, sem poderes de decisão.

Os favelados, apesar disso, não pensam em desistir de sua luta. Querem, agora, estender os benefícios do plano de urbanização aos outros núcleos que não foram atingidos por ele. E também conseguir da Prefeitura que financie a compra dos terrenos onde ergueram seus barracos para que possam construir neles casas de alvenaria.

Favelados envolvem
sindicatos na sua luta

De agora em diante, todos os sindicatos de trabalhadores do ABC terão de participar da luta dos favelados que vivem apavorados com a ameaça de destruição dos seus barracos em Santo André, São Bernardo, Diadema e Mauá. Os próprios favelados, reunidos no I Encontro de Favelas do ABC, é que decidiram envolver as entidades sindicais nessa luta porque chegaram à conclusão de que só existe um culpado pela proliferação das favelas: os baixos salários pagos aos trabalhadores da região.

Como disse um dos participantes do I Encontro, realizado dia 19 de agosto na Igreja de Vila Palmares, em Santo André, "ninguém vai morar em favela porque gosta de aperto e falta de higiene, mas porque não pode pagar aluguel, devido aos baixos salários".

O Encontro que teve um dia de duração serviu também para definir os caminhos do Movimento de

Defesa do Favelado iniciado há menos de um ano por iniciativa do padre Rubens Chasseraux que trabalha há 14 anos na favela de Vila Palmares. Dentre as definições, ficou acertado que os favelados daqui para frente se organizarão em comissões, cujos objetivos principais serão a preservação dos barracos, lutando contra aqueles que queiram derrubá-los, e a coordenação dos movimentos de reivindicação por luz, água e outros melhoramentos públicos que as favelas necessitam.

Com relação à preservação, no próprio Encontro, os favelados debateram várias medidas a serem tomadas em caso de ameaça de destruição de barracos e essa simples discussão já deu bons resultados: o prefeito Lincoln Grillo, de Santo André, sabendo que os moradores das favelas começaram a se organizar não mandou mais seus capangas irem derrubar barracos.

EXPEDIENTE

O JORNAL DA VILA é uma publicação da Editora Caraguatá Ltda., Redação e Administração: Av. do Cursino, 3822 S/4 (V. Moraes).
Diretor Responsável: Laís Furtado Tapajós — MTPS 10.545 SJESP: 4945.
Composição e Empresa Jornalística AFA Ltda Av. Liberdade, 704 — São Paulo.

Apoio a campanha
salarial dos metalúrgicos

Quem estiver interessado apoiar a campanha salarial dos metalúrgicos está sendo convidado pela Oposição Sindical a comparecer sábado, dia 22 de setembro, às 15 h, na rua Martiniano de Carvalho, 114 (Convento do Carmo) para uma reunião onde serão discutidas as formas de apoio necessárias ao movimento.

ANÚNCIOS

INDÚSTRIA DE MODAS
JEANS

vendas
no atacado, varejo e sob medida

Fábrica: Rua Dr. Odilon Nº 191 -- Vila Brasilina

Escola de datilografia
BOM MESTRE

CURSOS de 1 a 12 meses
Rua Evolução, 841 1º andar S/5 V. Moraes

REAL CONTABILIDADE

Contabilidade, assuntos fiscais, aberturas, transferências, encerramentos, contratos, dívidas, imposto de renda.
Rua Evolução, 841, salas 6 a 8 — V. Moraes
Fone: 63-4675



BOX
AUTORAMA

Loja com pista de competição — equipamentos nacionais e importados. Rua Silva Bueno, 1105 Ipiranga

Você precisa de advogado?

O Centro Social do Jardim Climax está fornecendo serviços de advogados, para todo tipo de caso, aos sábados, das 14 às 17hs. Sem fins lucrativos. Av. Pe. Arlindo Velra, 2063 - Sala 1.

Comércio de Máquinas
SOBERANO Ltda

Balcões frigoríficos para: bares, açougues, supermercados, avícolas, etc.
Balanças - Cortador de Frios - Estufas - Vitrínes - Cafeteiras - Churrasqueiras - Espremedor de Frutas - Fogões industriais - Assadeiras de Frangos e Caxias Registradas.
Rua Verqueiro, 6662 - Ipiranga - Fone: 63-4675

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

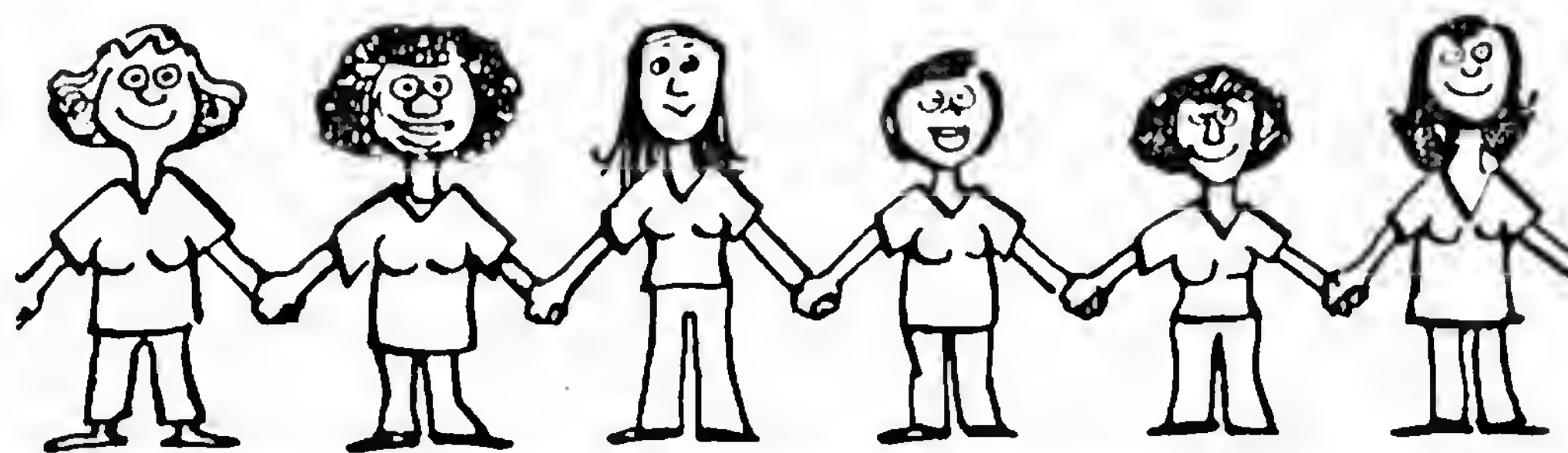
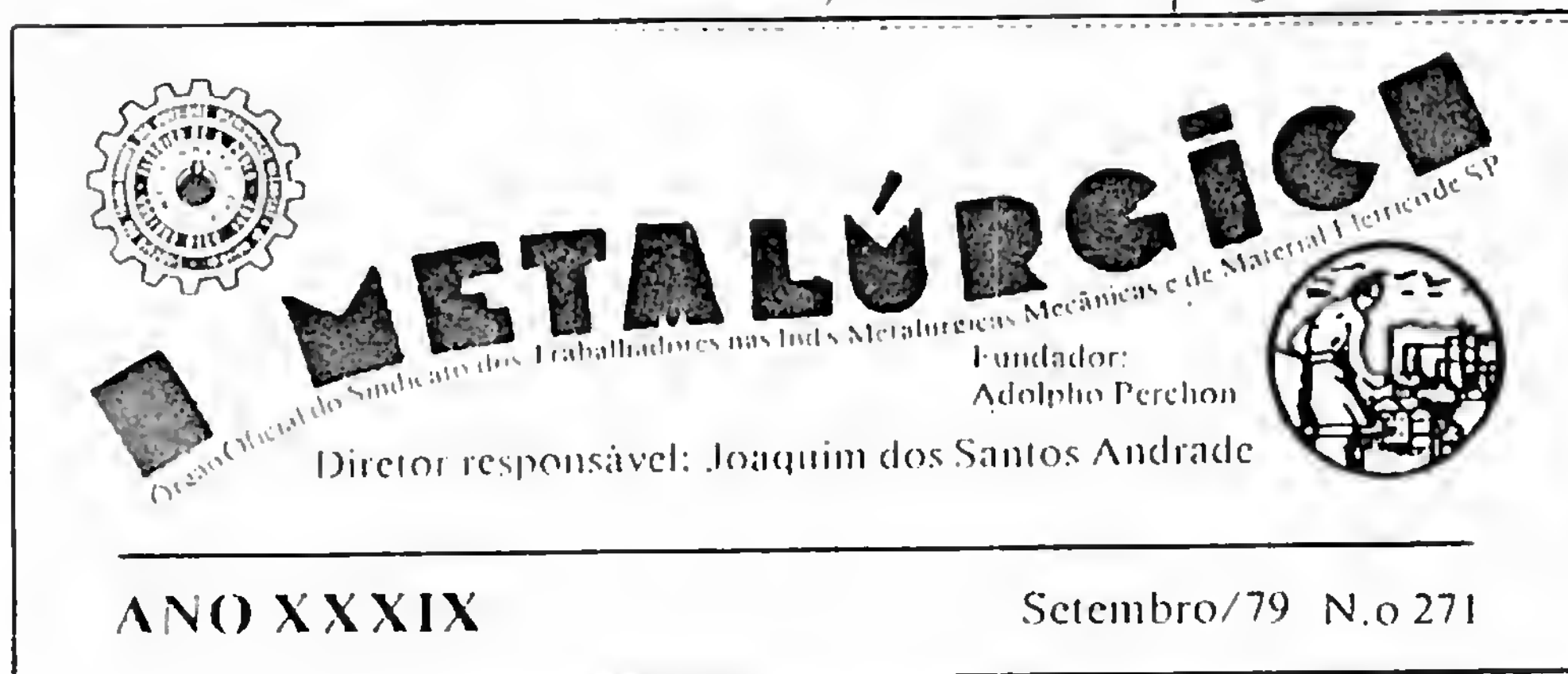
Jornal: O METALÚRGICO (271) Pasta n.º

Data: 09/1979

N.º do recorte 0435

Pág. 1

Edição Especial
do 1.º Congresso da Mulher
Metalúrgica de São Paulo



Nossa categoria está mais forte

AS COMPANHEIRAS



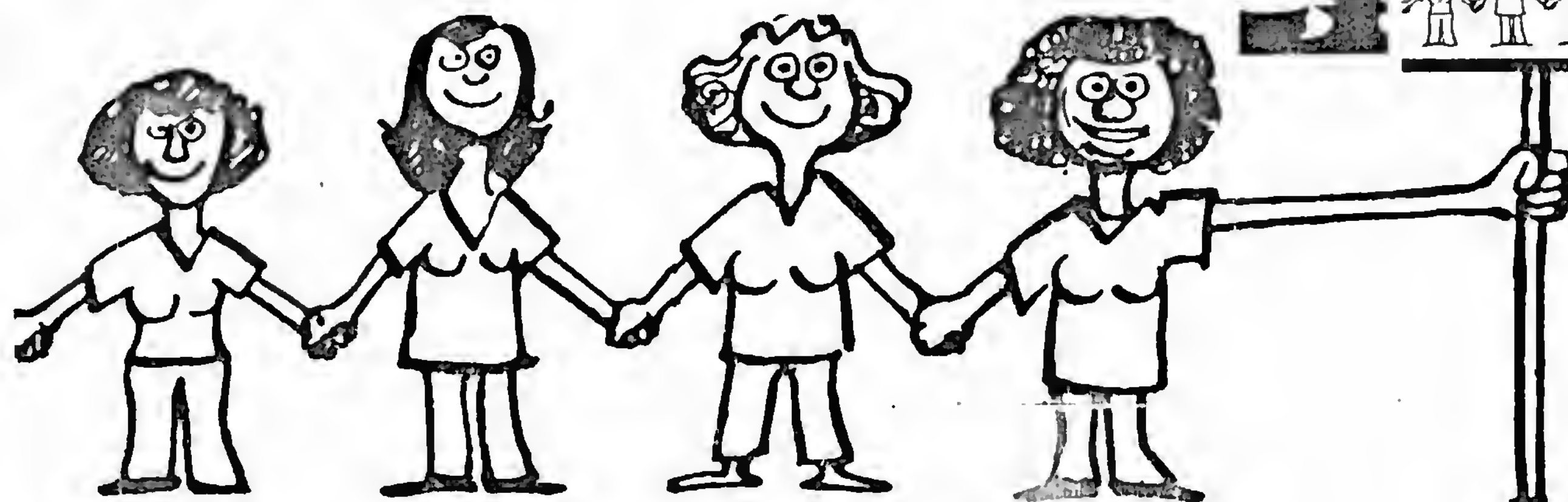
FALARAM

Chegou a hora de lutar pelas conclusões do 1.º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, organizado pelo Sindicato. Três meses de trabalho, reuniões setoriais, farto material de esclarecimento, inscrições nas portas de fábrica e três dias de Congresso (31 de agosto, 1 e 2 de setembro) em que 200 companheiras participaram ativamente. Agora, é lutar pelo que está aqui neste número especial do nosso jornal.



Nossa categoria está mais forte

AS COMPANHEIRAS



Nair Benedicto/Agência F4



CRECHES/SP

Até crianças na luta por creches

Na última quarta-feira, a tranquilidade rotineira das manhãs do parque Ibirapuera, em São Paulo, foi interrompida. Não era o barulho das motos dos rapazes que ficam por ali «paquerando» e nem a correria dos adeptos do cooper. Uma caravana com mais de 300 pessoas, de 30 bairros da cidade, desceu de nove ônibus e, cantando paródias de músicas infantis, tomou o caminho do gabinete do prefeito, que fica no meio do parque. A pequena multidão, constituída por grande número de crianças, foi ao prefeito reivindicar creches. Antes, no domingo, dia 7, já havia sido lançado oficialmente o Movimento de Luta por Creche, no largo São Bento, para coordenar o trabalho de reivindicação de mais de 45 entidades por creches gratuitas próximas aos locais de moradia e trabalho e que «não sejam meros depósitos de crianças», contando com a participação dos pais na orientação pedagógica.

Funcionários da segurança barraram os manifestantes logo na entrada, e apenas uma comissão de 30 pessoas, por solicitação do prefeito Reynaldo de Barros, subiu ao gabinete. Barros disse que há cerca de uma semana enviou projeto ao BNH para o financiamento da construção de 830 creches na cidade, dentro do projeto CURA (Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada). Mostrou um mapa com os locais de construção, a partir de 1980, nas regiões sul, leste e norte da cidade. E mais: disse que a prioridade de sua administração é a periferia, e que se não conseguir solucionar o problema, se demite do cargo.

As mães presentes, já cansadas de tantas promessas anteriores, marcaram um dia — 12 de novembro — para retornar à prefeitura e obter uma resposta concreta. Afinal, há bairros, como o Parque Bristol, que vêm reivindicando há mais de seis anos e até agora não foram beneficiados com creches diretas (mantidas e construídas pela Prefeitura e que são apenas 4, na cidade) ou indiretas (construídas pelo poder público, mas apenas subsidiadas em parte na sua manutenção).

Elas sabem também que desde 1972 não se construiu nenhuma creche direta em São Paulo, e que existem em São Paulo cerca de 1 milhão e 500 mil crianças, de 0 a 5 anos de idade, das quais 980 mil são filhas de mães que trabalham e recebem baixos salários, segundo dados da Fundação Carlos Chagas. Desse total, apenas 43 mil são atendidas pelos 117 parques infantis municipais ou 103 centros da Coordenadoria de Bem Estar Social.

A luta por creches vem engrossando nos últimos tempos, em São Paulo. Nas assembleias, é comum notar a presença de bom número de homens, e as crianças, fato novo, também aderiram maciçamente. No próximo domingo, por exemplo, a criançada da região do Cupecê já programou uma assembleia, às três da tarde, para exigir a imediata implantação de creches. Com canções infantis e teatrinho dramatizado, pretendem mostrar ao prefeito e outras autoridades convidadas, que por acaso compareçam, que as duras condições de vida as obrigam a entrar na luta muito cedo. (Jô Azevedo)